

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC)

RELATÓRIO CPA
EXERCÍCIO 2014

BLUMENAU
MARÇO/2015

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Reitor

Francisco José Montório Sobral

Pró-reitor de Administração

Mauricio Lehmann

Pró-reitora de Ensino

Josete Mara Stahelin Pereira

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Romano Roberto Valicheski

Pró-reitor de Extensão

José Carlos Brancher

Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social

Neri Jorge Golynski

Diretoria de Desenvolvimento Institucional

Rodrigo Boeing Althoff

Diretoria de Gestão de Pessoas

Joseane Evaldt Corrêa Teixeira

Diretoria de Tecnologia da Informação

Vander Vigolo

Câmpus Avançado Abelardo Luz

Diretor: César Antônio Schneider

Câmpus Araquari

Diretor-geral: Jonas Cunha Espíndola

Câmpus Blumenau

Diretor-geral *pro tempore*: Paulo César Rodacki Gomes

Câmpus Brusque

Diretor-geral *pro tempore*: Antônio Alir Dias Raitani Junior

Câmpus Camboriú

Diretor-geral: Rogério Luis Kerber

Câmpus Concórdia

Diretor-geral: Jolcemar Ferro

Câmpus Fraiburgo

Diretor-geral *pro tempore*: Fábio José Rodrigues Pinheiro

Câmpus Ibirama

Diretor-geral *pro tempore*: Fernando José Taques

Câmpus Luzerna

Diretor-geral *pro tempore*: Eduardo Butzen

Câmpus Rio do Sul

Diretor-geral: Oscar Emilio Ludtke Harthmann

Câmpus Santa Rosa do Sul

Diretor-geral: Carlos Antônio Krause

Câmpus São Bento do Sul

Diretor-geral *pro tempore*: Robert Lenocho

Câmpus São Francisco do Sul

Diretor-geral *pro tempore*: Amir Tauille

Câmpus Avançado Sombrio

Diretor: Anderson Sartori

Câmpus Videira

Diretora-geral *pro tempore*: Rosângela Aguiar Adam

Comissão Própria de Avaliação - CPA

Câmpus Araquari

(Presidente) Nelson Zang (*in memoriam*)

Câmpus Luzerna

(Vice-presidente) Paulo Roberto da Silva

Câmpus Blumenau

(Secretário) Mateus Moraes Bueno

Câmpus Camboriú

Andressa Grazielle Brandt

Câmpus Concórdia

Daniel Farias Mega

Câmpus Ibirama

Ana Silvia de Lima Vielmo Rodrigues

Câmpus Rio do Sul

Fabio Alexandrini

Câmpus Santa Rosa do Sul

Cristiano Antonio Pochmann

Câmpus Sombrio

Eddy Ervin Eltermann

Câmpus São Francisco do Sul

Jose Guterres Carminatti

Câmpus Videira

Nelio Henrique Nicoleti

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 5	5
METODOLOGIA 17	17
DESENVOLVIMENTO 19	19
EIXO 1: Dimensão 8: Planejamento e Avaliação 19	19
EIXO 2: Desenvolvimento Institucional 33	33
EIXO 3: Políticas Acadêmicas 41	41
EIXO 4: Políticas de Gestão 50	50
EIXO 5: Infraestrutura Física 55	55
ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES 59	59
AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE 64	64

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal Catarinense (IFC), integra a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, foi instituído pela Lei 11892/08 que tem como objetivo se estender a todos os estados brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial e continuada (FIC) até a formação em nível de pós-graduação *Strictu Sensu* (mestrado e doutorado).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), com sede (Reitoria) no município de Blumenau/SC, nasceu da união entre as Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Camboriú e Araquari, até então vinculados a Universidade Federal de Santa Catarina.

A tradição destas instituições de ensino estava pautada na oferta de cursos técnicos, principalmente o curso técnico em Agropecuária. Durante mais de 50 anos, até a criação da Lei 11.892/08, estas escolas técnicas e agrotécnicas se especializaram na formação de jovens para o mundo do trabalho. A oferta da educação superior deu-se apenas após a criação dos Institutos Federais, os quais de acordo com a sua lei de criação, são equiparados às universidades federais para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior.

Possui atuação em diversos segmentos de acordo com os arranjos produtivos locais e potencialidades regionais abrangendo em seus cursos desde as áreas Eletrometalmecânica e Indústria Química até Turismo e Agropecuária.

Logo da sua criação essa instituição experimentou um rápido crescimento, estimulado pelo programa de Expansão Federal. Atualmente conta com 15 câmpus distribuídos no Estado e a Reitoria localizada em Blumenau, sendo composto pelos seguintes câmpus:

1. Abelardo Luz (Campus Avançado)
2. Araquari
3. Blumenau
4. Brusque
5. Camboriú
6. Concórdia

7. Fraiburgo
8. Ibirama
9. Luzerna
10. Rio do Sul (Sede e Unidade Urbana)
11. Santa Rosa do Sul
12. São Bento do Sul
13. São Francisco do Sul
14. Sombrio (Campus Avançado)
15. Videira

O Instituto Federal Catarinense, conta atualmente com 1380 servidores (técnicos-administrativos e docentes) e com cerca de 9200 estudantes em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Certific, Mulheres Mil, Pronatec, Proeja, EAD, Técnico, Graduação e Pós-graduação. Da totalidade de servidores, temos cerca de 45% de técnicos administrativos e 55% se distribuem entre docentes efetivos, temporário e substitutos.

Dados da Instituição

1.1 Identificação

Código da IES: 5036

Nome: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Catarinense – IFC

Caracterização: Instituição Pública Federal

Localização: Estado de Santa Catarina

Dados do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari

Criado em 26 de fevereiro de 1954, por acordo celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina, conforme publicação no diário oficial da União nº 63, de 18 de março de 1954, o Colégio Agrícola iniciou suas atividades em 1959. Em 1968 passou a ser vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Decreto nº 62.163, de 25 de janeiro de 1968, estando desde então integrado ao sistema federal de ensino. Um dos pioneiros do ensino agrícola no estado de Santa Catarina e tradicional educandário localizado no município de Araquari, situado às margens da BR-280, rodovia de ligação entre os municípios de Joinville,

Araquari e São Francisco do Sul, vem formando, ao longo dos seus mais de 50 anos de existência, profissionais especializados em agropecuária. Através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 passou a integrar o Instituto Federal Catarinense. Isto significa uma nova realidade aos jovens catarinenses, possibilitando a criação de novos cursos técnicos e de nível superior (tecnologia, bacharelado e licenciaturas) além de pós-graduação de acordo com os arranjos produtivos locais, baseados nas tendências de mercado. O IF Catarinense responderá desta forma, com mais agilidade e eficiência as demandas crescentes, na formação de recursos humanos e difusão de conhecimentos científicos.

Dados do Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau

As atividades do Instituto Federal Catarinense Câmpus Blumenau tiveram início em fevereiro de 2012, com o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, em uma estrutura cedida pela comunidade do bairro Badenfurt. Em agosto de 2013, iniciaram as aulas da primeira turma do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em julho de 2014, após o término das obras de reforma das antigas instalações da empresa Bernauer, ocorreu a solenidade de inauguração oficial do Câmpus e o descerramento da placa inaugural. Este evento representou a entrega do Câmpus Blumenau à comunidade do Vale do Itajaí. Ainda em 2014, a partir do mês de agosto, passou-se a oferecer à população dois cursos técnicos gratuitos: de Eletromecânica e de Mecânica. Os dois cursos são ofertados na modalidade subsequente, ou seja, dirigidos a alunos que já concluíram o ensino médio. Neste mesmo ano, foram investidos cerca de R\$ 700 mil para aquisição de equipamentos e de material de consumo para laboratórios destes dois cursos. Em 2015, o Câmpus Blumenau torna-se pioneiro na cidade ao oferecer o primeiro curso superior 100% presencial e gratuito de Licenciatura em Pedagogia. Atualmente, cerca de 300 alunos estudam no Câmpus. Com um corpo docente qualificado – 80% são mestres e doutores e 20% são especialistas – o Câmpus conta com o trabalho de 39 professores e 31 técnico-administrativos preparados para atender alunos, pais e comunidade em geral. O Câmpus possui uma área construída de 3.519 m². São 16 salas de aula, 11 laboratórios, uma biblioteca, um Ginásio Poliesportivo, com área de 1.550 m², além de salas de professores e área administrativa. Os cursos são 100% gratuitos, havendo ainda a possibilidade de concessão de auxílio- financeiro para estudantes com vulnerabilidade social. O ingresso é feito via Exame de Classificação, no caso dos cursos técnicos, e via ENEM e Sisu para os cursos superiores. O Câmpus Blumenau localiza-se no

bairro Badenfurt, na Rua Bernardino José de Oliveira, número 81, perpendicularmente às margens da BR-470.

Dados do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú

O *Câmpus de Camboriú*, até final de 2008, era denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC. Foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 1953.

Em 1962 foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a Instituição oferecia o Curso Ginásial Agrícola. Em 1965 houve a criação do Curso Técnico em Agricultura, que passou, em 1973, a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária.

Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação (MEC). O decreto 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau Profissionalizante. Em 1990 o CAC passou a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente ao ensino médio.

Apesar de ser uma Instituição nomeada como agrícola, a partir de 2000 passou a oferecer outros cursos nas áreas do conhecimento de Informática e Meio Ambiente. Em 2003, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local passa a oferecer o Curso Técnico em Transações Imobiliárias e, da mesma forma, a partir de 2008, o curso Técnico em Turismo e Hospitalidade.

No ano de 2007 foi implantado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

No final de 2008, com o advento da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 o Colégio Agrícola de Camboriú – CAC, transformou-se num campus do Instituto Federal Catarinense, atendendo à chamada pública do Ministério da Educação para que as escolas agrícolas se tornassem institutos federais nos possibilitando oferecer, além dos cursos em nível médio, também cursos superiores e pós-graduação.

Dados do Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

O Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia iniciou suas atividades pedagógicas em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, formando sua primeira turma em 1968. Através do Decreto nº 70.513, de 12 de maio de 1972, passou a categoria de Colégio Agrícola. Posteriormente pelo decreto 83.935, de 04 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal Concórdia (E AFC). Pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia foi transformada em autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, passando a usufruir de autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Escola passou a integrar o Instituto Federal Catarinense, denominando-se IFC-Câmpus Concórdia.

Dados do Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama

O Campus Ibirama foi instalado em 2010. Ele esteve vinculado ao Campus Rio do Sul até 03 de fevereiro de 2011. A unidade foi inaugurada em 1º de fevereiro de 2010 na antiga Escola Hamônia e iniciou suas atividades com o ensino no segundo semestre de 2010 com o Curso Técnico em Informática. O Campus Avançado de Ibirama dista aproximadamente 20 km de Rio do Sul e está a 70 km da Reitoria, sendo considerada, portanto, uma unidade estratégica para o IFC.

No dia 04 de fevereiro de 2011 o Campus de Ibirama, através de uma solenidade, deu início ao seu funcionamento regular e uma mudança na vinculação, deixando de pertencer ao Campus de Rio do Sul e passou a ter vinculação direta à Reitoria do IFC, instalada em Blumenau. Desde 2010, a unidade oferta o curso técnico em Informática.

A partir do primeiro semestre de 2011 foram ofertados os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Eletromecânica e Vestuário. A integralização entre ensino médio e técnico facilita o acesso de jovens à educação profissionalizante. Para 2012, o IFC lança as modalidades subsequentes dos cursos de Eletromecânica e Vestuário e a modalidade integrada do curso de Informática.

Cachoeiras, rios, montanhas e piscinas naturais atraem mais de 30 mil pessoas por ano a Ibirama para a prática de rafting, rapel e caminhadas ecológicas. Com suas belezas naturais preservadas, a “região dos belos panoramas” também conserva as características da colonização germânica na região, como a arquitetura, culinária e artesanato. Edificações

históricas, produtos caseiros e turismo de aventura formam o cardápio desse lugar que, em 1897, no início de sua colonização, recebeu o nome de Hamônia. Com a emancipação, em 1934, passou a se chamar Dalbergia. Em 1943, foi batizado definitivamente: em linguagem indígena, Ibirama significa, apropriadamente, “terra da fartura”. A conexão com os povos da mata vem de longe. Nos tempos da colonização, os tropeiros que tocavam o gado para São Paulo e pernoitavam na área eram surpreendidos pelos nativos, que caçavam seus animais para se alimentarem. Mais tarde, Ibirama tornou-se sede da primeira reserva indígena do país, a Duque de Caxias, que abriga 1.300 índios das etnias Kaingang, Xokleng e Guarani em um território que inclui hoje os municípios de José Boiteux e Vitor Meirelles. Em 1997, a cidade resolveu homenagear as pessoas que a construíram, retratando, no Monumento ao Centenário, figuras que representam o índio, o imigrante desbravador, o agricultor e o operário.

Segundo a FIESC, em 2009 a cidade era responsável por 4,8 % do PIB do Alto Vale do Itajaí, num total de R\$ 161 milhões por ano, perfazendo R\$ 9.240,00 per capita. Dentre as atividades industriais enfatiza-se o setor têxtil, metalurgia e metal-mecânica. Está em destaque também a maior empresa fabricante de brinquedos do Estado de Santa Catarina, fundada em 1949 e produção mensal de 45.000 peças.

Dados do Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna

As instalações físicas e a infraestrutura de salas de aula e laboratórios que hoje pertencem ao Instituto Federal Catarinense (IFC) Câmpus Luzerna foram fundadas em 1999, para abrigar a Escola Técnica Vale do Rio do Peixe (ETVARPE), instituição que, até 2008, ofereceu cursos técnicos e profissionalizantes para estudantes de Luzerna e região.

Em 2010 ocorreu a federalização da ETVARPE, passando a integrar o Instituto Federal Catarinense (IFC). Em 25 de março, iniciam as aulas dos cursos técnicos de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho. Em 2011 teve criação do primeiro curso superior: Engenharia de Controle e Automação. Em julho de 2012, o câmpus deixa de ser ligado administrativamente ao Câmpus Videira e se torna Câmpus Luzerna. Em 2013 teve início do segundo curso superior: Engenharia Mecânica. Em 2014 se iniciou o Ensino Médio Integrado (Segurança do Trabalho e Automação Industrial).

Dados do Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul

O Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul, antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, tem sua origem intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 70 na região do Alto Vale Catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional houve uma mobilização política pró-criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul. Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado.

Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal no 8.670, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e as atividades letivas de 2º Grau (Ensino Técnico em Nível Médio) iniciaram no dia 05 de junho de 1995. A primeira turma do curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária teve 120 alunos matriculados, dos quais 89 colaram grau no dia 06 de junho de 1998. Já formamos 1.294 alunos de 122 municípios, oriundos de seis Estados. Formamos alunos de todos os municípios que compõem a região do Alto Vale do Itajaí.

Com a criação do Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul, a instituição ampliou o seu foco inicial voltado aos cursos na área agrícola para novas tecnologias e também destinados a outros níveis de ensino. Com um quadro de professores qualificado, o IFC – Rio do Sul vem oferecer à população da região do Alto Vale do Itajaí cursos técnicos e superiores públicos, gratuitos e de qualidade.

A Unidade Sede, localizada na Serra Canoas, disponibiliza aos alunos uma estrutura com laboratórios, biblioteca, internato, refeitório, ginásio, campos de futebol, unidades de ensino e pesquisa nas áreas agrícola, agroecológica, florestal e zootécnica, esta última dividida em animais de pequeno, médio e grande porte. Além da Unidade Sede, para melhor atender às demandas e estar mais próximo do público, o IFC – Campus de Rio do Sul possui uma Unidade Urbana, localizada na região central de Rio do Sul, que disponibiliza aos seus acadêmicos laboratórios de informática, eletroeletrônica, agrimensura, matemática e física, salas de aula, auditório e biblioteca. As novas condições de estruturas funcionais favorecem a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dados do Instituto Federal Catarinense – Campus São Francisco do Sul

O processo de instalação do Câmpus São Francisco do Sul teve seu início em janeiro de 2010, através de contato mantido entre a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e a direção-geral do IFC Câmpus Araquari.

As atividades do Câmpus São Francisco do Sul iniciaram em março de 2010, com o curso Técnico em Informática, ofertado em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal

Franklin de Oliveira. Em 2011, as aulas foram transferidas para a sede provisória, instalada na Rua Barão do Rio Branco, 377, no centro de São Francisco do Sul.

Em 2012, a Prefeitura Municipal realizou a doação de um terreno de 35 mil m² na localidade de Iperoba, cerca de 6 km do centro de São Francisco do Sul. Os investimentos serão de R\$ 7,2 milhões para a construção do câmpus e R\$ 5 milhões para a infraestrutura do local, como a montagem dos laboratórios e o abastecimento da biblioteca. A partir de 2015, serão ofertadas vagas para o Curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração.

O Câmpus São Francisco do Sul teve seu funcionamento autorizado através da Portaria nº 330, de 23 de Abril de 2013, publicada no D.O.U. de 24 de Abril de 2013.

Dados do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Santa Rosa do Sul e Sombrio

Em 05 de abril de 1993, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº. 8.670, de 30 de junho de 1993, com o objetivo de atuar como uma Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, tendo sido transformada em Autarquia Federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº. 8.731, tendo entrado em funcionamento em 28 de março de 1994.

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Sombrio, Apesar de carregar o nome de Sombrio, a sede do Câmpus fica localizada no Município de Santa Rosa do Sul que foi emancipado após a criação da Escola.

Também em meados de 2008, com a necessidade de expandir as ações, efetivamente para o Município de Sombrio, que desponta como polo microrregional, foi criada a unidade descentralizada urbana, denominada inicialmente Núcleo Avançado de Sombrio, posteriormente Unidade Urbana de Sombrio e partir da expansão da Rede Federal, através da Portaria 505/2014 do Ministério da Educação passa a ser denominado Câmpus Avançado de Sombrio (conf. Portaria/MEC 1.074/2014)

O movimento de criação deste campus busca apresentar soluções técnicas para os arranjos produtivos locais, proporcionando o acesso e gerando novas tecnologias a partir da formação do jovem que cursa o ensino médio integrado ao curso técnico de informática e fomentando as carreiras de nível superior com cursos de Tecnólogo em Gestão de Redes de Computadores, Tecnólogo em Gestão de Turismo e Licenciatura em Matemática.

Além dos cursos regulares, também são ofertados cursos nas modalidades de Formação Inicial e Continuada – FIC e desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão ligadas a projetos concebidos pelo corpo de servidores da instituição.

A correta estruturação de todos os ambientes, a gestão adequada do bem público e a necessidade de atendimento dos anseios da sociedade com relação ao Campus requer uma crescente disponibilização de recursos humanos, financeiros e de bens, fator que serve de mola propulsora para que o Campus esteja em constante mudança e crescimento.

Dados do Instituto Federal catarinense – Campus Videira

O Instituto Federal Catarinense - Câmpus Videira, iniciou suas atividades pedagógicas em 06 de março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC), tendo seu funcionamento autorizado pelo convênio 036/2005. Visando expandir a EAFC em Videira e ampliar a oferta de cursos na cidade, em 27 de dezembro de 2007, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cedeu em comodato uma área de 235.989,5 m² (23,5 hectares), onde em 05 de maio de 2008 iniciaram-se as obras para construção de salas de aulas e laboratórios. Com a publicação da Lei 11.892 (29 de dezembro de 2008), que criou os Institutos Federais, as Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Sombrio e Rio do Sul foram integradas e passaram a ser câmpus do Instituto Federal Catarinense. A partir da portaria 04, publicada em 07 de janeiro de 2010, o Ministério da Educação estabeleceu a relação de todos os câmpus que integrariam cada um dos IF's criados no Brasil.

Com isso, a unidade que funcionava em Videira como extensão de Concórdia foi elevada à condição de Câmpus do Instituto Federal Catarinense, com autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. As obras do Câmpus Videira tiveram início em 05 de maio de 2008, com a construção das salas de aulas, laboratórios, ginásio, cantina, biblioteca, auditório e bloco administrativo. Sendo o câmpus inaugurado em 01 de fevereiro de 2010, com o início das aulas em 26 de abril do mesmo ano com os cursos técnicos concomitante e subsequentes em Agropecuária, Eletroeletrônica, Informática.

No segundo semestre do mesmo ano, passou a ofertar o curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho. Em 2011, ocorreu a construção da guarita, de outros 04 laboratórios, uma edificação anexa ao ginásio e o bloco pedagógico, em meados deste mesmo ano iniciaram-se as obras para pavimentação do campus. Com a nova estrutura estabelecida, houve expansão na oferta de vagas, sendo mantida a modalidade subsequente e criada a modalidade integrado ao Ensino Médio para os cursos de Informática, Agropecuária e

Eletrônica. Também foram criados o bacharelado de Ciência da Computação, licenciatura em Pedagogia e as especializações em Desenvolvimento Web, Desenvolvimento Rural e Agronegócio e Educação com ênfase nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Além da oferta de cinco cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC): Espanhol, Inglês, Toques e Cantos, Violão Popular e Informática Básica.

Composição da CPA

A CPA é composta pelos membros presidentes das comissões locais de avaliação - CLA's dentro de cada câmpus. Dentre esses, define-se o Presidente, Vice-Presidente e Secretário, dentro das regras de seu regimento interno para coordenarem os trabalhos da comissão.

Composição das CLA's por Campus

Câmpus Araquari

Docentes: Nelson Zang (*in memoriam*), Leandro Kingeski Pacheco
Técnicos Administrativos: Cristiano Twardowski, Takanori Ogawa
Discentes: Ranieri Bom, Cláudio Jubanski
Sociedade Civil e Organizada: Vicente Brüning, Peter Gombeta

Câmpus Blumenau

Docentes: Anderson Nereu Galcowski, Adriano Pessini
Técnicos Administrativos: Mateus Moraes Bueno, Keli Castro Carneiro
Discentes: Paôla Louise Argenta, Luciano Gonçalves Júnior
Sociedade Civil e Organizada: Maurício Rossa, Charles Schwanke

Câmpus Camboriú

Docentes: Afrânio Austregésilo Thiel, Sandra Maria Cunhasque
Técnicos Administrativos: Andressa Grazielle Brandt, Neusa Denise Marques de Oliveira
Discentes: Thelma Calheiros Nichele, Gabriel Moura Brasil
Sociedade Civil e Organizada: Luci Meri Gabriel Maul, Claudete Hecker Braga

Câmpus Concórdia

Docentes: Daniel Farias Mega, Rodrigo Nogueira Giovanni

Técnicos Administrativos: Angella Aparecida Ferreira Velho de Mendonça, Ana Julian Faccio

Discentes: Weslei Fausto Costa Mendes, Gabriela Wanlar

Sociedade Civil e Organizada: Luiz Gustavo Rossi, Luiz Carlos Bergamo

Câmpus Ibirama

Docentes: Ana Silvia de Lima Vielmo Rodrigues, Chris Royes Schardosim

Técnicos Administrativos: Ida Maria de Oliveira, Patricia Carvalho de Souza Araujo

Discentes: Claudineia de Melo Vaz, Lariane Davila Borges de Oliveira

Sociedade Civil e Organizada: Saulo Eduardo Fonseca, Leonir Lunelli

Câmpus Luzerna

Docentes: Antonio João Fidelis, Humberto Luis de Cesaro

Técnicos Administrativos: Paulo Roberto da Silva, Querubina Aurelio Bezerra

Discentes: Artur Kwieczinski, Mateus Ritter Pasini

Sociedade Civil e Organizada: Marcus Vinicius Beuno Albach, Ari Dahmer

Câmpus Rio do Sul

Docentes: Fabio Alexandrini, Rodrigo Curvello

Técnicos Administrativos: Daniel Fachini, Rogerio Krause

Discentes: Leandro Loffi, Taylan Branco Meurer

Sociedade Civil e Organizada: Ingo Wilhelm, Francisco Carlos Stoccker

Câmpus Santa Rosa do Sul

Docentes: Marlon Silvestre Kierecz, Vanessa Michels

Técnicos Administrativos: Cristiano Antonio Pochmann, Dion Cordova Moraes

Discentes: Marcelo Dalpiaz Dagostim, Vanderson Modolon Duart

Sociedade Civil e Organizada: Gerri Ronssani Monteiro, Aline Hahn Fernandes

Câmpus Sombrio

Docentes: Anderson Sartori, Eddy Ervin Eltermann

Técnicos Administrativos: Gilberto Carlos Monteiro Darosi, Cynthia Nalila Souza Silva

Discentes: Bruna Tereza Silva Pereira, Barbara Dabit Possamai

Sociedade Civil e Organizada: Gerri Ronssani Monteiro, Aline Hahn Fernandes

Câmpus São Francisco do Sul

Docentes: Susana Nunes Taule Pinol, Andreia Luciana Da Rosa Scharmach

Técnicos Administrativos: Jose Guterres Carminatti, Humberto Handchuka Piccin

Discentes: Edson Antonio Novais Junior, Mariluci Moreira Zeni

Sociedade Civil e Organizada: Hamirton Jose Soares, Mauricio Fernando Gramigna Rodrigues

Câmpus Videira

Docentes: Alan Vicente Oliveira, Nelio Henrique Nicoleti

Técnicos Administrativos: Denise Danielli Pagno, Rosane Goularte

Discentes: Joana Ester Gonçalves Lins, Michel Felipe Moraes Mesalira

Sociedade Civil e Organizada: Ana Paula Ortigara, Manolo Faccin

Histórico da comissão CPA 2015

A comissão CPA eleita para a realização dos trabalhos de no ano de 2015, responsável pela elaboração e postagem do relatório institucional CPA referência 2014 iniciou suas atividades em 01/12/2014. A primeira reunião desse novo grupo constatou, desde cedo, que os trabalhos anteriores atendiam parcialmente os preceitos elencados por essa comissão.

Os membros desse grupo foram formados todos por novos membros, com exceção de um. Nosso Saudoso professor Nelson Zang, de quem devemos imensa contribuição a realização dos trabalhos do período. As comissões anteriores elaboraram um relatório com base em levantamento de informações institucionais em cada câmpus a partir de questionários com escala de concordância em relação as perguntas. O questionário consistia em 48 questões em 2011, 11 questões em 2012 e 11 questões em 2013, abrangendo as 10 dimensões propostas pelo SINAES.

O questionário possuía aparentemente, por ser muito sintetizado, um nível de abrangência e superficialidade que impedia uma análise mais aprofundada ou fonte de subsídio para tomada de decisão por parte dos gestores, conforme fora debatido em ampla discussão a respeito do processo de autoavaliação institucional na primeira e segunda reunião do grupo.

Tendo em vista a grandiosidade de cada dimensão em análise, a presente comissão deu início a formulação de uma nova metodologia de trabalho que consistia justamente em

tornar o relatório da CPA um instrumento genuíno de gestão, além de propiciar a todas as partes envolvidas informações claras e precisas sob diversas óticas, com vistas a atender seus diversos objetivos e usuários do produto de seus trabalhos.

A comissão 2015 entende que a finalidade de seu trabalho deve além de atender os apenas preceitos legais, atuar como ferramenta administrativa para acompanhamento das realizações dos trabalhos da instituição. Assim sendo, essa comissão entende que urge a necessidade de redefinir-se metodologicamente em função da grandiosidade de seu papel institucional.

METODOLOGIA

Em função do fim do período letivo, a aplicação de questionário nos moldes anteriores não se mostrava como boa nem conveniente alternativa, tendo em vista que os resultados das 17 avaliações de curso efetuadas pelo INEP nos anos de 2013 e 2014 apontaram possíveis falhas no processo de autoavaliação dessa instituição. Dessa forma, em função da necessidade de repensar o processo de autoavaliação institucional com o agravante de dispormos de um tempo muito curto para tal e nos encontrarmos em pleno início de período de recesso escolar quando do início das atividades nos câmpus, foi optado utilizar as seguintes estratégias de coletas de dados, tomando como base o Caderno de Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições SINAES 2004:

Ação	Objetivo
Entrevistas semiestruturadas com responsáveis de setor.	Para levantar informações, identificar os anseios, dificuldades em relação aos trabalhos sob sua responsabilidades e pontos a melhorar.
Entrevistas semiestruturadas com membros anteriores da CPA.	Levantamento de informações com membros de comissão anteriores sobre o andamento dos trabalhos anteriormente, organização da comissão, dificuldades encontradas e desafios dos relatórios anteriores.
Análise documental (PDI, e outros)	Análise das premissas, objetivos e finalidades registradas em documentação oficial para cruzamento com informações de outras fontes.
Análise crítica de relatórios CPA anteriores	Análise dos processos de autoavaliação anteriores com o objetivo de delinear trabalhos futuros e efetuar correções de rumo para ações futuras bem como observar o tratamento das proposições anteriores pela administração.
Discussões acerca das questões SINAES manual 2004	Para identificar questões chave a serem avaliadas e acompanhadas em trabalhos futuros.

Tabela 1: Metodologia de coleta de dados para relatório referência 2014.

O Levantamento de dados a partir de entrevistas semiestruturadas com responsáveis de setor, membros anteriores da CPA e análise documental utilizaram como referencia as questões norteadoras contempladas no manual de orientações para autoavaliações SINAES 2004.

Tendo em vista que e se tratava de primeira pesquisa realizada nesses moldes, não foi definido a princípio a uma metodologia uniforme de coleta de dados, pois pouco se sabia quais seriam as fontes de dados de que a instituição dispunha.

A instituição não possui seus processos de trabalho mapeados, além de não serem informatizados. A implantação de um sistema integrado de gestão - SIG está em andamento, definido através de um cronograma de implantação em módulos. Enquanto sua instalação não acontece se percebe uma disparidade entre os sistemas de informações dos câmpus, fator esse que torna difícil a definição de uma metodologia de coleta de dados, pois algumas unidades mais antigas como o câmpus Concórdia, por exemplo, possui seu próprio sistema de informação, enquanto alguns câmpus novos, a exemplo de Luzerna, não possuem nenhum tipo de sistema de informação em operação. Se espera que com a implantação do sistema integrado de gestão - SIG, através da uniformização na base de dados, possam ser obtidas informações mais precisas e oportunas, tanto para a comunidade interna como externa.

Dessa forma, partiu-se em busca de informações nos câmpus estipulando um prazo de retorno de informações. Cada CLA ficou responsável por levantar as informações e dados de seu campus que eram possíveis ter acesso, e em segundo momento, levantar informações através de entrevistas semi estruturadas com pessoas chave na organização.

De posse das informações de cada campus, reunidas e centralizadas na CPA, buscou-se identificar como se deu o levantamento de cada questão específica dentro de cada campus, com o objetivo de socializar para os demais membros como foram levantadas as informações específicas, visando também buscar um nível mínimo de uniformidade para análise. Ao fim dessa reunião presencial, onde foram identificados pontos de pesquisa em aberto, foi determinado para as CLA's cerca de 10 dias para levantarem informações adicionais utilizando-se os moldes de obtenção dos demais campus. Quase não se teve retorno adicional, evidenciando duas possibilidades: 1) A instituição tem uma visão distorcida da CPA e acabaram omitindo informações e abertura de dados por desconhecer os objetivos dessa comissão, ou; essas informações realmente não existem no campus em função de inexistência de uma base digital de dados.

Se tratando de uma nova metodologia de trabalho em implantação, pensou-se em traçar um paralelo com os trabalhos desenvolvidos anteriormente, como forma de obter um

juízo crítico sobre o andamento dos processos de autoavaliação no decorrer de sua implantação. Dessa forma, os relatórios anteriores da CPA se mostraram uma rica fonte de análise e conhecimento, que denotaram o desenvolvimento dos trabalhos das comissões passadas, as quais foram uma importante fonte de reflexão crítica acerca dos próprios trabalhos dessa comissão.

Os resultados do relatório de autoavaliação institucional 2014 serão divulgados oportunamente junto das ações para levantamentos de informações para a autoavaliação de 2015, processo que se iniciará no mês de abril desse ano.

DESENVOLVIMENTO

A seguir encontram-se os cinco eixos de autoavaliação, contemplando as 10 Dimensões entremeio ao texto analítico nos termos da Lei 10.861/2004 e Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65. Cada uns dos eixos se divide em uma breve análise críticas das questões anteriores e da análise das informações coletadas em 2014, contemplando por fim as sugestões registradas para o respectivo eixo.

EIXO 1: Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

O presente eixo busca verificar a adequação e efetividade do planejamento geral da instituição, sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos de cursos, assim como os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional.

Sob esse aspecto a observação do perfeito funcionamento da CPA influi diretamente na obtenção de respostas a esse quesito, uma vez que se torna o próprio processo de acompanhamento em si. O que se quer dizer com isso é que a função da CPA é inerentemente de acompanhamento, uma vez que tal ação se torna indispensável para um levantamento fiel e oportuno de informações e para o cumprimento do que prevê seu estatuto.

Sob esse ponto de vista a atuação da CPA torna-se estratégica para a materialização das ações provenientes do planejamento institucional, pois sua atuação contínua de acompanhamento oferece aos gestores as informações estratégicas sobre o andamento das

atividades, passando a ser seus olhos e ouvidos no acompanhamento de seus desígnios. Sob esse aspecto uma breve análise dos relatórios anteriores dessa comissão podem nos trazer valiosas questões de reflexão sob esse tema.

Avaliações anteriores.

Com isso em mente, em relação ao ano de 2011, ano da realização da primeira autoavaliação institucional tínhamos cinco perguntas relacionadas a questão de autoavaliação institucional, são elas:

- 36) Como avalia atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) no Câmpus?
- 37) Em que medida tomou conhecimento dos resultados do último processo de avaliação institucional?
- 38) Existe coerência entre a autoavaliação e o planejamento institucional?
- 39) Como considera o processo de autoavaliação institucional no Câmpus?
- 40) Os resultados da autoavaliação são considerados no planejamento?

Em termos de avaliação institucional, pode-se observar que em 2011, quando do início das atividades de autoavaliação institucional, que a CPA tinha fraca repercussão e visibilidade dentro de seu universo de atuação, como consta explicitado no relatório da época. Isso pode ser perfeitamente justificável em decorrência de ser início de processo, onde o pessoal podia desconhecer seus objetivos. Porém o desconhecimento dos objetivos em início de processo de avaliação nos traz a reflexão se realmente a estratégia de comunicação utilizada pela comissão na época foi efetiva, assim como se a comunidade acadêmica tomou conhecimento da importância dos trabalhos dessa comissão e até mesmo se a própria comissão tinha essa percepção.

Os resultados da época também informam que mais da metade do público desconhecia os resultados da avaliação. Essa questão refere-se a uma avaliação parcial que aconteceu no período de 2010 envolvendo apenas 3 Câmpus. Tal situação tende a se tornar prejudicial para trabalhos futuros, pois os respondentes se sentem desmotivados a contribuir com uma solicitação de informação do qual não receberão nenhum feedback futuramente, fato que pode comprometer seriamente a credibilidade dessa comissão.

Em relação a questão que pergunta sobre a coerência entre planejamento institucional e a autoavaliação, nota-se um importante viés em relação as respostas apresentadas quando se observa que mais da metade dos respondentes desconhece os resultados provenientes da autoavaliação. A observação da coerência entre planejamento e autoavaliação solicitada em

pergunta posterior fica comprometida nesse aspecto em virtude de desconhecimento das proposições elaboradas pelo resultado da autoavaliação, pois não se pode julgar a coerência de algo que se desconhece, de forma que os resultados de 2011, onde os respondentes indicaram em grande parte incoerência entre a autoavaliação e o planejamento institucional devem ser analisados com cuidado. O mesmo se aplica quando se pergunta se “os resultados da autoavaliação são considerados no planejamento”.

Em relação a como os respondentes consideravam o processo de autoavaliação institucional no câmpus em 2011, se observa um alto grau de respostas negativas, que de certa forma não se justifica por si só devido a questão de ser a primeira autoavaliação institucional, como referenciado no relatório, visto que esse não é necessariamente um motivo correlacionado pelo fato de ser a primeira avaliação dessa espécie. O que se busca aqui é questionar que mesmo tendo sido a primeira avaliação, poderia ter sido perfeitamente julgada positivamente, pelos trabalhos de divulgação, conscientização e realização do processo, de forma que essa avaliação negativa parece ser causada unicamente pela forma de desenvolvimento dos trabalhos do período.

Os questionários dos anos de referência 2012 e 2013 tiveram uma redução drástica na quantidade de questões direcionadas aos entrevistados, passando de 48 questões no ano de referência 2011 para 11 nos anos de 2012 e 2013 que tiveram uniformidade entre si, onde as questões relacionadas ao processo de autoavaliação eram sintetizadas em uma única pergunta relacionada a sua percepção, sendo o seguinte: "A gestão utiliza os resultados da autoavaliação para planejar e executar suas ações?"

As respostas ao questionamento acima são unânimes em todos os câmpus pesquisados no período de que há um desconhecimento em respeito ao assunto. Cabe ressaltar que se observou na mesma época, um questionamento crescente sobre a forma como a CPA estava dando ciência de seus resultados a comunidade acadêmica e o porquê das proposições apresentadas pela comissão parecerem não ser incorporadas ao planejamento da instituição. Isso se reflete nas proposições apresentadas no período.

Quanto ao ano de 2012 especificamente, a CPA sugere em meio ao texto de análise, não fazendo isso de maneira contundente, algumas ações em relação ao processo de autoavaliação institucional, são elas:

- Tornar pública as ações decorrentes do relatório de autoavaliação institucional (com vistas a uma avaliação formativa e não meramente para cumprir aspectos legais);
- Apoiar mecanismos de autoavaliação nos câmpus;

- Programa de Avaliação permanente (além das dimensões SINAES, avaliação 360);
- Investigar a forma com que é feita a divulgação das avaliações;
- Melhorar a divulgação dos resultados, e inseri-los nas pautas de discussão dos órgãos colegiados.

Quanto ao ano de 2013 especificamente, a CPA sugere em meio ao texto de análise algumas ações em relação ao processo de autoavaliação institucional, são elas:

- Necessidade de melhor divulgação da autoavaliação bem como das ações resultantes desse processo;
- Divulgação das ações baseadas no resultado da pesquisa;
- Investigar de que formas a autoavaliação é divulgada e utilizada na gestão.

Questionando os membros das CPA anteriores sobre esse assunto, se percebeu que a divulgação dos resultados nos anos anteriores não ocorreu de forma homogênea. Cada representante de câmpus ficou encarregado traçar e executar suas próprias estratégias de divulgação. Diante disso, se observou que a divulgação em alguns campus pode não ter ocorrido. Já os câmpus de Blumenau e Rio do Sul por exemplo, publicaram os resultados no site institucional e divulgaram para a coordenação, para os professores em reuniões e para líderes de turmas para divulgação entre os pares, enquanto outros campus realizaram apresentações em auditório.

Ao observar os resultados das pesquisas anteriores, elas apontam que não houve um trabalho específico de divulgação dos resultados e de ações de melhoria ou planejamento em função dos resultados apurados. Evidencia-se de maneira contundente que a CPA reveste-se de grande responsabilidade em relação a isso, uma vez que ações no sentido de tornar públicos os atos resultantes de seu trabalho dependem em grande parte de seu acompanhamento e estão evidenciados em seu próprio regimento, Art. 14, Inciso VIII.

Quando as comissões anteriores indicam ser necessário maior apoio da administração para realização de seus trabalhos, isso nos remete a própria consciência de importância dos trabalhos dessa comissão, dando-nos a impressão de que os atores da instituição desconheciam a importância dos atos dessa comissão no referido período. Uma forma de se sanar esse problema é pela inserção de seus trabalhos em pauta de discussão nos colegiados deliberativos e consultivos, que inclusive está previsto no Item 8.3 do PDI 2014-2018.

O que se enfatiza nesse ponto é que a obtenção de maior apoio da direção para o desenvolvimento das atividades da comissão passa através do reconhecimento da importância

do seu trabalho, que deve ser evidenciado com a própria apresentação de subsídios à tomada de decisões para a administração. Assim, naturalmente o apoio e o reconhecimento da importância dos trabalhos da CPA serão alcançados.

Os resultados registrados nos questionários anteriores fazem essa comissão repensar o próprio ato de autoavaliar. Nessa reflexão coloca-se em cheque a metodologia adotada anteriormente, com o objetivo primordial buscar a excelência no processo de autoavaliação conforme preconizado em nosso regimento interno, aprovado pela Resolução Nº 069 - CONSUPER/2014, sendo o seguinte:

“Contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço a crítica e ao contraditório, oferecendo subsídios para a tomada de decisão, o redirecionamento das ações, a otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa.”

Essa observação crítica torna-se de grande importância para o delineamento dos trabalhos futuros e correções de rumo em ações futuras, que denotam a necessidade dessa comissão delinear um plano de acompanhamento e divulgação dos frutos de seu trabalho, assim como o tratamento desses dados pela administração.

Questões atuais

Quanto a verificação da adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos, fazemos as seguintes observações: A Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu Art. 6º determina:

“ . . . Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das

potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.”

Em seu Art. 7º enumera os seguintes objetivos para os Institutos Federais:

“ . . . Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.”

No art 8º, define a destinação de no mínimo 20% para vagas destinadas às licenciaturas entre outras coisas:

“ . . . No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.
 § 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.”

Em seu Estatuto Geral, art. 5º O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense assume os seguintes objetivos:

- “ . . . I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
 II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
 III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
 IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
 V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional e;
 VI. ministrar em nível de educação superior:
 a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e;
 e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.”

O Regimento Geral define a estrutura e atribuições da administração superior. As unidades, denominadas de campus, não possuem, em sua totalidade, o Regimento próprio, e o PPI (Projeto Político-Pedagógico Institucional), em sua página 54 apresenta a sua proposição de avaliação e planejamento institucional:

“O Instituto Federal Catarinense adotará uma política de planejamento e avaliação orientada na busca da qualidade da educação em todos os seus níveis. Os componentes de avaliação institucional constantes no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) servirão de base para a expansão da oferta de cursos, aumento da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Esses instrumentos serão utilizados como forma de aprofundamento de seus compromissos e responsabilidades sociais, através da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da

afirmação da autonomia, da identidade e visibilidade institucional. Os cursos técnicos de nível médio serão avaliados a partir de sistema a ser desenvolvido tomando-se por base as concepções expressas em lei para a avaliação dos cursos superiores, subsidiando as ações de gestão e elevando-se seu nível e qualidade.

Os processos avaliativos constituem um sistema que permite a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

Com o objetivo de verificar coerência entre as proposições institucionais elencadas acima e a realidade institucional, foram utilizados os dados referentes aos processos seletivos realizados em dezembro de 2013 com vistas ao ingresso nos cursos oferecidos em 2014.

A Tabela abaixo apresenta o número agregado absoluto e percentual da origem por estado e por tipo de cursos em qual se inscreveram. Deve-se ter em conta que os candidatos para cursos superiores também podiam se inscrever pelo SISU, o que não foi considerado nesta tabulação.

Estado	Médio	Concomitante	Subsequente	Bacharelado	Tecnologia	Licenciatura	Totais
SC	3.556 57%	38 1%	697 11%	1.253 20%	335 5%	399 6%	6.278 95%
PR	11 29%	0 0%	5 13%	20 53%	0 0%	2 5%	38 1%
RS	177 72%	0 0%	6 2%	55 22%	8 3%	0 0%	246 4%
Outros	8 32%	0 0%	0 0%	9 36%	2 8%	6 24%	25 0%
Totais	3.752 57%	38 1%	708 11%	1.337 20%	345 5%	407 6%	6.587

Tabela 2: Origem dos estudantes por estados e por tipo de curso.

Pelos dados considerados 95% dos candidatos tem o seu endereço de origem em Santa Catarina. Os cursos mais procurados são os de ensino médio num percentual que atinge 69% (57%+15+11%). Tal percentual está coerente com Art 8º da lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008 apesar deste texto se referir a número de vagas.

Para o ensino superior (lembrando que aqui não está incluído o SISU) temos 20% de candidatos para o ensino superior, 5% para cursos superiores e tecnologia e 6% para licenciatura. Chama a atenção de que o percentual de candidatos para o bacharelado com endereço de origem em SC é de 20%. Neste caso o percentual de candidatos originários do Paraná vai a 53%, passando a ser este o estado predominante. Vale lembrar que não existe obrigação legal de oferta deste nível de cursos pelos Institutos e que o aumento deste percentual pode comprometer o atingindo de outro compromisso legal, o de 20% em licenciaturas.

O percentual de candidatos nas licenciaturas é, no total de 6% o que parece ser bastante baixo considerando-se a obrigatoriedade legal de 20% de vagas neste tipo de curso.

A Tabela abaixo apresenta a tabulação da origem dos candidatos por residência registrada na inscrição e o curso que optaram considerando a localização do campus. Do total de 6.587 candidatos inscritos nos diversos cursos, superiores, médios e subsequentes, 566 (8,6% do total de inscritos) declararam a residência em Videira sem que os cursos de do Câmpus tiveram um total de 767 inscritos. Portanto 201 candidatos acima do número de residentes. O número de residentes em Videira que se candidataram em cursos de outras unidades não foi investigado.

Os número absolutos mostram também que entre os 7 municípios com maior quantitativo de candidatos pouco mais que a metade das cidades possuem campus próprio. Balneário Camboriu, Joinville e Itapema fornecem alunos para cidades vizinhas com campus. Isto gera a necessidade de redefinição do entorno normalmente feito para justificar os cursos ofertados e arranjos produtivos que se procura atender.

Também se configura como área predominante da ação do IFC, considerando a origem de seus alunos, a região centro-nordeste do estado de Santa Catarina. Há a necessidade de tornar mais precisa a quantificação e arranjos produtivos a serem atendidos pelos cursos a serem oferecidos no futuro.

Locais	Residentes		Em cursos do Câmpus		Vagas	
Câmpus Videira	566	8,6%	767	11,6%		280
Câmpus Camboriú	473	7,2%	1325	20,1%	35,7%	370
Balneário Camboriu	457	6,9%				
Câmpus São Francisco do Sul	431	6,5%	152	2,3%	283,6%	80
Joinville	388	5,9%				
Câmpus Concórdia	327	5,0%	937	14,2%	34,9%	255
Itapema	197	3,0%				
Câmpus Sombrio (Avançado)	177	2,7%	313	4,8%	56,5%	
Câmpus Fraiburgo	172	2,6%	120	1,8%	143,3%	40
Câmpus Rio do Sul	160	2,4%	658	10,0%	24,3%	415
Câmpus Blumenau	146	2,2%	183	2,8%	79,8%	88
Câmpus Ibirama	138	2,1%	207	3,1%	66,7%	105
Itajaí	95	1,4%				
Câmpus Araquari	90	1,4%	1067	16,2%	8,4%	325
Joaçaba	72	1,1%				
Câmpus Santa Rosa do Sul	71	1,1%	477	7,2%	14,9%	?
Presidente Getúlio	69	1,0%				
Balneário Barra do Sul	60	0,9%				
Praia Grande	59	0,9%				

Balneário Gaivota	58	0,9%				
Herval d'Oeste	57	0,9%				
Jacinto Machado	57	0,9%				
Câmpus Luzerna	56	0,9%	381	5,8%	14,7%	190

Tabela 3: Origem dos Candidatos por Residência

Durante o ano de 2013 e 2014 foram avaliados, pelo INEP, 17 cursos cuja síntese crítica é apresentada abaixo.

Avaliação número	1	2	3	4	5	6	7	8	9	média
1 Organização didático-pedagógica	3,27	2,93	3,13	2,93	3,13	4,13	3,80	4,60	4,13	3,62
2 Corpo Docente	4,09	4,64	4,00	3,82	4,18	4,36	4,36	4,00	4,17	4,11
3 Infraestrutura	4,50	3,80	3,53	3,50	4,22	4,40	3,60	3,45	3,55	3,66
Final	3,95	3,79	3,56	3,42	3,85	4,30	3,92	4,02	3,95	3,80
Avaliação número . . .	10	11	12	13	14	15	16	17		média
1 Organização didático-pedagógica	4,60	3,47	3,27	3,92	3,23	3,80	3,92	3,27		3,62
2 Corpo Docente	3,91	4,08	3,33	4,18	4,55	4,42	3,58	4,18		4,11
3 Infraestrutura	3,73	3,55	3,09	3,09	3,50	3,20	3,91	3,64		3,66
Final	4,08	3,70	3,23	3,73	3,76	3,81	3,80	3,69		3,80

Tabela 4: Conceitos obtidos de avaliações dos cursos pelo INEP em 2013 e 2014.

A tabela acima apresenta os dados extraídos das avaliações realizadas pelo INEP durante os anos de 2013 e 2014. No formulário os conceitos são automaticamente arredondados com uma casa depois da vírgula, para o conceito das três dimensões, e arredondados para número inteiro para o conceito final.

Foram arredondados para cima a maioria dos conceitos. Foram arredondados para três os conceitos da avaliações número 3, 4 e 12. Considerando que o conceito 3 pode ocorrer a partir de uma média de 2,5 e 3,5 e o conceito 4 a partir de 3,5 a 4,5, surgiu a pergunta se efetivamente existe substancial diferença entre todas as avaliações realizadas.

Se fosse tomada a média de todas as avaliações teríamos para o IFC um conceito 4, com 3,6 na dimensão 1, 4,1 na dimensão 2 e 3,7 na dimensão 3. Mas são encontrados conceitos que vão desde 2,93 em duas avaliações na dimensão 1, uma das quais conclui com conceito 4, sendo que esta mesma avaliações obteve um conceito de 4,64 na dimensão 2. Abaixo é feita uma análise mais profunda destes conceitos, na busca de semelhanças e diferenças, ameaças e potenciais.

Item	Denominação	Média
1.2	Políticas institucionais no âmbito do curso	3,47

1.5	Estrutura curricular	3,35
1.7	Metodologia	3,47
1.12	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	3,06
2.1	Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE	3,76
2.15	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	2,82
3.1	Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral - TI	2,88
3.3	Sala de professores	3,13
3.11	Laboratórios didáticos especializados: serviços	3,50

Tabela 5: Resultados em destaque das avaliações dos cursos

A tabela acima mostra uma relação de itens, nas três dimensões, que na média de todas as avaliações feitas no IFC em 2014, tiveram média abaixo de 4. Isto significa que estes 9 itens, 4 da dimensão 1, 2 da dimensão 2 e 3 da dimensão 3, apresentam risco de, presentes em outras avaliações, provocarem novos conceitos 3.

A tabela abaixo apresenta o número de ocorrência de cada conceito (1 a 5) em cada uma das dimensões.

Conceito	Organização didático-pedagógica		Corpo Docente e tutorial		Infraestrutura	
	0	0%	3	2%	7	4%
2	8	3%	17	9%	13	7%
3	116	47%	33	17%	59	32%
4	83	34%	44	23%	61	34%
5	39	16%	96	50%	42	23%
	246	100%	193	100%	182	100%
Final	3,62		4,11		3,66	

Tabela 6: Distribuição dos conceitos em torno dos três quesitos avaliados.

Na dimensão 1 “Organização didático-pedagógica” há um predomínio do conceito 3 (regular) com 47% do total. Na dimensão 2 “Corpo Docente e tutorial” há um predomínio do conceito 5 (Muito bom) e na dimensão 3 “Infraestrutura” existe uma ocorrência relativamente uniforme dos conceitos 3 (Regular) com 32%, 4 (Bom) com 34% e 5 (Muito bom) com 23%. O conceito 2 (insuficiente) ocorre com mais frequência em “Corpo Docente e tutorial” com 17 ocorrências e 13 ocorrência em “Infraestrutura”. O conceito 1 que mostra situação inaceitável ocorreu 7 vezes na 17 avaliações na dimensão 3 “Infraestrutura”.

O item com a pior avaliação no IFC como um todo temos a “2.15 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica”, que obteve uma média 2,82 o que, arredondado para cima, geraria um eventual conceito 3, situação bastante semelhante a “3.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI”.

Na sequência temos: “1.12 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso” e “3.3 Sala de professores”, também com conceitos muitos próximos a 3. A questão 1.12 tem a ver diretamente com atividades que a CPA necessita desenvolver e não está conseguindo. A questão 3.3. se relaciona diretamente à questão 3.1, uma questão de infraestrutura que necessita ser clareada.

A Tabela seguinte procura aprofundar a busca para verificar quais itens das três dimensões tem maior ocorrência de notas 1, 2 e 3, consideradas insatisfatórias para se buscar um conceito 4 consolidado e galgar a conceito 5.

Tem-se 3 itens da Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica, 6 itens na dimensão 2 Corpo Docente e 9 itens na Dimensão 3 Infraestrutura.

O item “1.12 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso” parece ser a questão mais crítica pois, em 17 avaliações, apenas 3 cursos obtiveram conceito 4 ou 5. Na sequência tem-se “2.15 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica” e “3.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI” com apenas 4 conceitos 4 e 5. A quantidade de cursos com problemas de bibliografia também preocupa, pois é uma questão fundamental em qualquer curso.

Item	Avaliação número . . .	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
1.7	Metodologia	3	2	3	3							3	3		3	3		3	
1.12	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	2	3	3	2	3	3	3			3	3	3	3		3	3	2	
1.14	Tecnologias de informação e comunicação – TICs - no processo ensino-aprendizagem	3	2		3							3	3		3	3		3	
2.4	Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)			1			3					3	3			2	2		
2.8	Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores				3				2	3			3				2		
2.10	Experiência profissional do corpo docente	3						3	3	2	1	3	1					3	
2.12	Experiência de magistério superior do corpo docente				3				3		2		2						
2.14	Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente			3	2	3	3						3	3				2	
2.15	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	2			2		3	3	2	3	2	3	2	2	3			2	2
3.1	Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral - TI		3		3	3		3	3	1	3	1	3	2	3	3		2	
3.3	Sala de professores										3	3	3	2				2	
3.6	Bibliografia básica									3	2		2		3	3	3	1	
3.7	Bibliografia complementar							3		2	2		3			3	3	3	
3.8	Periódicos especializados											3	1	2					

3.9	Laboratórios didáticos especializados: quantidade		3		2			3	1						2		
3.10	Laboratórios didáticos especializados: qualidade		3		3			3	1				3	3	3		
3.11	Laboratórios didáticos especializados: serviços		3	3	2			3	1				3	3	3		
3.17	Biotérios			2													

Tabela 7: Identificação das menores conceitos obtidos

Através da pesquisa no ano de 2014 se pode notar a existência de planejamento das atividades da instituição, porém nem todo de forma positiva, encontrada em documentação oficial, pelo menos disponível ao público. Não foi possível encontrar seu detalhamento em nível operacional à disposição de toda a comunidade acadêmica.

Ações no sentido de materializar o planejamento estratégico tiveram início no ano de 2013 tendo em vista um horizonte de 5 anos, com a compilação do Planejamento Estratégico do Instituto Federal Catarinense, fruto da ação conjunta de todas as unidades do IFC, com a criação de um conjunto de objetivos globais que descrevem de que maneira a instituição pretende cumprir sua missão institucional e atingir sua visão de futuro. As ações provenientes desse documento foram incorporadas ao PDI 2014 – 2018.

Desse trabalho, resultou um total de 38 objetivos estratégicos a serem desdobrados por meio de planejamento tático com seus respectivos planos de ação, desenvolvidos anualmente. A materialização do planejamento tático foi desdobrada através de planejamento operacional determinando ações concretas e prazos. O desdobramento tático e operacional encontra-se em elaboração para alguns objetivos estratégicos.

A instituição não desenvolveu um plano de melhoria relacionando unicamente as proposições da CPA em um plano de ação consolidado, de forma que não se pode observar a relação direta entre as proposições da CPA e Ações da Administração. Tal ação será sugerida e acompanhada com premência sob as demais proposições dessa comissão.

Mesmo não se tendo enumerado em documento a parte os tratamentos dados as considerações feitas pela CPA nos anos anteriores, observa-se indiretamente a consideração de suas observações entremeio aos 38 objetivos estratégicos que ora são incorporados ao PDI. Percebeu-se durante a elaboração dos trabalhos desse período que ações provenientes de diversas demandas, e possivelmente as proposições decorrentes dos trabalhos da CPA, foram formalmente levantadas e organizadas no ano de 2013, com a elaboração do planejamento estratégico institucional.

Existem documentados, entretanto, as respostas às diligências efetuadas pelo MEC no ano de 2014 contemplando as respectivas medidas saneadoras. Não se pode ter certeza,

mas ao que tudo indica, as sugestões da CPA e as demais avaliações induziram uma série de iniciativas a nível institucional, que foram incorporadas as ações globais construídas no planejamento estratégico do IFC, ações essas que estão consolidadas em documento oficial PDI 2014-2018. Percebe-se que muitas das proposições registradas pelas comissões anteriores aparecem sob forma de ações entremeio ao planos táticos e operacionais que representam a materialização dos objetivos estratégicos da instituição, principalmente as proposições de 2011.

Não foi possível relacionar diretamente nenhum objetivo estratégico ao tema autoavaliação e acompanhamento das ações. Fica claro neste quesito que todos os segmentos pesquisados no período de 2014 não souberam se os dados gerados pela autoavaliação institucional foram efetivamente utilizados no planejamento das ações institucionais. Sobre esse aspecto, a administração ainda não criou um mecanismo de divulgação de ações baseadas no resultados da pesquisa autoavaliativa;

A relação entre planejamento e autoavaliação é percebida por essa comissão como a relação de duas ferramentas que devem ser utilizadas conjuntamente pela administração que possibilitará uma articulação sinérgica para a instituição, trazendo benefícios para todos os envolvidos. O trabalho conjunto entre a CPA a instituição como um todo em relação ao processo de autoavaliação consolidará os atos de gestão, uma vez que os atos da administração estarão amparados por um sistema de controle. Quer se dizer com isso que o planejamento das ações futuras de autoavaliação institucional contemplarão sobretudo o acompanhamento das atividades propostas no PDI 2014-2018, pautando-se pelo levantamento e acompanhamento das ações dessa instituição.

A instituição em contrapartida, uma vez reconhecendo a importância dos trabalhos dessa comissão pode oportunamente contemplar ações propositivas de controle e acompanhamento em seus próprios atos de gestão de forma a incluir essa comissão como um importante pilar administrativo de acompanhamento e controle institucional, juntamente com a DIDES, produzindo assim, por meio de seus agentes nos câmpus, informações estratégicas não apenas com o objetivo de atender aspectos e exigências legais, mas sim, subsidiando efetivamente a tomada de decisões de seus agentes.

Proposições atuais

Proposição	Justificativa
Promover reuniões periódicas de	A fim de possibilitar o intercâmbio de ideias

coordenadores setoriais	e identificar as melhores práticas institucionais dentro de cada setor, tendo em vista que cada câmpus tem autonomia administrativa executa as atividades de maneira diferenciada. Assim, o intercambio entre os setores de diversos campus, pode identificar as melhores práticas de gestão de determinadas atribuições.
Criar mecanismo de acompanhamento de proposições da comissão	Tal atribuição será feita pela própria CPA, o que se sugere é a administração registrar qual a origem da demanda ou proposição a fim de identificar as fontes de insumos e monitoramento, bem como facilitar a elaboração de relatórios (RI e Relatório de gestão) Outro benefício é o acompanhamento da efetividade dos trabalhos de setores responsáveis por subsidiarem a administração com informações estratégicas, ou seja, acompanhar a evolução dos resultados e esforços de melhoria contínua.

EIXO 2: Desenvolvimento Institucional

O presente eixo busca verificar as finalidades, objetivos e compromissos da instituição explicitados em documentos oficiais, e sua concretização, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades, relacionados a missão institucional e plano de desenvolvimento institucional (PDI), bem como a responsabilidade social da instituição através da transferência de conhecimento, trabalhos sociais, atividades culturais desenvolvidas, seu impacto na sociedade a as relações com instituições sociais, culturais e educativas em todos os níveis.

Avaliações anteriores.

O período de elaboração dos relatórios CPA 2014, foi feito em meio a publicação do novo PDI no mês de novembro, contemplando o período 2014-2018. Para a fidedignidade da avaliação dos anos anteriores, considera-se a missão do IFC para o período de 2009 a 2013 contemplado no PDI anterior, como sendo: **Contribuir para o desenvolvimento**

socioambiental, econômico e cultural, ofertando uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão. Sua visão de futuro para o período era: Ser referência em educação profissional científica e tecnológica em Santa Catarina.

O ano de 2011 possuía seis perguntas que sintetizavam as questões elencadas nesse eixo, são elas:

- 1) Em que medida conheço a missão do IF Catarinense?
- 2) O IF Catarinense cumpre a sua missão?
- 3) Em que medida conheço o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI)?
- 11) Desenvolve ações socioambientais?
- 12) Promove ações de Inclusão Social?
- 13) Existem ações que promovem discussões sobre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente?

Os dados da pesquisa de 2011 nos leva a crer na existência de conhecimento satisfatório da missão do IF catarinense, questão que se torna muito importante para avaliar o resultado da segunda proposição que pede se sua missão está sendo cumprida. O resultado das respostas apontam para o cumprimento da sua missão institucional.

Quando se perguntou sobre o conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional na época, percebeu ser necessário um trabalho específico para levar o conhecimento sobre o PDI para a comunidade acadêmica. O conhecimento do PDI reveste-se de grande importância, uma vez que se constitui o documento que norteia as ações e projetos institucionais, sendo agora lançado para o quinquênio 2014-2018. Assume, desse modo, característica de síntese na qual se explicitam as diretrizes gerais que levarão ao cumprimento da missão institucional.

Cabe observar, como propriamente explicitado em sua missão, sua atuação era pautada pelo compromisso com o “**o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural**”. Disso decorre, naturalmente, a observação dessa comissão no período de 2011 por meio de questionamento a comunidade acadêmica sobre o desenvolvimento de ações socioambientais, onde nesse quesito, temos uma avaliação de insuficiência por parte desses. Essa percepção no período pode não relatar perfeitamente as ações concretas realizadas na época, uma vez que não se dispõe de uma análise mais aprofundada em relação a essa questão, sendo essa pergunta apenas um levantamento de percepções a respeito das ações.

Em relação ao desenvolvimento de ações socioambientais levantada pela pergunta na época, questionando se a instituição desenvolvia ações dessa natureza, os resultados da pesquisa mostraram como insuficiente o desenvolvimento de atos nesse sentido. Essa natureza

de respostas pode ser resultado de duas causas bem específicas, são elas: ou pelo desenvolvimento de poucas ações nesse sentido ou por falta de divulgação e comunicação dos trabalhos desenvolvidos, de forma que podemos entrar no mérito da comunicação das ações dessas instituições.

Se observamos os dados do relatório de gestão 2011 pode se identificar enumerados as ações desenvolvidas no período. Diante disso a questão que se discute é a seguinte: Quanto em termos de ações socioambientais - quantidade e abrangência - seria necessário ou suficiente para evidenciar esse aspecto? Quer se sugerir com essa pergunta a necessidade de estabelecimento de objetivos claros em termos do que se propõe executar e do que foi efetivamente executado, através de metas e objetivos institucionais. Caso o desenvolvimento das ações planejadas tenha acontecido a contento, os mecanismos de divulgação institucional devem ser repensados.

Posto isso questiona-se: a comunicação dos atos e ações administrativas de relevância para a comunidade acadêmica e de destaque para a divulgação do IFC está ocorrendo de maneira satisfatória? O desenvolvimento de trabalhos socioambientais estão acontecendo a contento? Sendo essa segunda, questão central em termos de missão institucional. Diante disso, observa-se que os resultados da CPA podem se constituir importante canal de aquisição de conhecimento de ações sócio ambientais por parte da comunidade acadêmica, quando tais dados forem incorporados e acompanhados e divulgados nos futuros relatórios.

As ações de inclusão social foram apontadas, na época, como insuficientes. Ações essas que a instituição mantém principalmente no âmbito de assistência estudantil. Sob esse aspecto, cabe considerar duas questões importantes. A primeira é: o que se entende por ações de inclusão social? Pergunta essa que nos traz a reflexão que devemos perceber o que nosso respondente entende por ações de inclusão social, pois duas pessoas podem divergir grandemente em sua conceituação do que se pode enumerar como ações de inclusão social e ações institucionais de rotina. Essa problemática se não for tratada com cuidado pode inutilizar os resultados da pesquisa. A segunda questão nos remete novamente ao problema da divulgação das ações sociais da instituição: as ações de inclusão sociais estão sendo levadas a conhecimento?

No que se refere a promoção de discussões sobre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente percebe-se que a instituição por seu caráter tecnológico discutiu muito pouco essas questões no ano em análise. Disso decorre que somente 23% dos docentes respondentes, que constituem-se peça chave nesse processo corroboraram essa afirmação. Isso nos faz voltar a

atenção para a afirmação explicitada em nosso planejamento estratégico, onde nos comprometemos como instituição com uma "formação cidadã, a inclusão social e desenvolvimento regional", assim sendo, discussões nesse sentido são essenciais para o desenvolvimento de um cidadão nos moldes a que nos propomos.

Decorre dessa questão novamente o problema de interpretação e a formulação da pergunta, pois pode se observar divergências entre respostas de docentes e alunos, nos levando a considerar que um grupo reduzido de professores e não a totalidade levam discussões para seus alunos em sala de aula, fato esse que aparentemente explica o porque mais de 50% dos discentes manifestarem esses aspecto institucional como excelente/bom.

Já os anos de 2012 e 2013 essa questão foi pesquisada através da seguinte pergunta: O Projeto de Desenvolvimento institucional (PDI) está em consonância com os programas e projetos executados pela administração?

As respostas nos dois anos, 2012 e 2013, evidenciaram que houve pouco ou nenhum avanço em relação ao conhecimento do PDI, fato esse que mostra que possivelmente não foram tomadas ações no sentido de disseminar essa informação. A pergunta relacionada a esse tema tinha como intuito fazer o entrevistado pensar em quais ações estão enumeradas no PDI e se as ações sob sua observação estavam de acordo com isso. Tal proposição fica seriamente prejudicada caso os respondentes não tenham conhecimento adequado do PDI. Além disso entra em cena o próprio acompanhamento das ações da administração, de forma que a pesquisas nos mostraram que a comunidade acadêmica apresenta relativo desconhecimento das ações da instituição.

De qualquer forma, os relatórios anteriores trazem em meio ao texto de análise algumas proposições relacionadas ao tema, onde a análise no período era feita individualmente por campus, porém os encaminhamentos específicos da época podem ser estendidos a nível institucional trazendo apenas benefícios ao trabalho de avaliação.

- promover ações de divulgação do PDI – como conhecimento de base; emitir e divulgar pareceres anuais que demonstrem os pontos que estão sendo alcançados para a comunidade escolar.
- necessidade de divulgação do PDI, bem como dos projetos executados pela administração.
- Estes dados apontam à necessidade de divulgação do PDI na comunidade acadêmica, não só como informação, mas da efetivação de mecanismos de participação no desenvolvimento de propostas e ações.
- Isso demonstra que é necessária uma maior divulgação do PDI e que haja maior participação da comunidade interna na construção do novo PDI em 2013.

- Sugere-se que seja divulgado o PDI e as ações decorrentes que implicam na da gestão do Câmpus Camboriú na comunidade acadêmica. Sugere-se também que o tema seja colocado na pauta de capacitações e formação dos três segmentos.
- emitir e divulgar pareceres anuais que demonstrem os pontos que estão sendo alcançados para a comunidade escolar
- Sugere-se ainda um levantamento junto a comunidade para identificar outras para a extensão, de acordo com as possibilidades e capacidades de cada câmpus.
- Tornar públicas as ações desenvolvidas pelo câmpus, também no meio estudantil.
- Sugere-se maior divulgação dos programas ofertados e dos resultados, em especial para os discentes.
- A CPA sugere o desenvolvimento coletivo de métodos e alternativas que auxiliarão a instituição a apurar a demanda e expectativa da comunidade externa em momento prévio à oferta dos cursos e programas.

Observa-se nos dados das pesquisas anteriores que as respostas de dois dos seguimentos da comunidade acadêmica, docentes e discentes, uma concentração de repostas que avaliam de forma positiva o PDI com as ações da gestão, porém destaque deve ser dado ao segmento técnico administrativo que revela um desconhecimento do PDI em relação às ações da gestão, caso preocupante face às especificidades das atividades de tais servidores.

Em relação a responsabilidade social nos anos de 2012 e 2013, a pergunta que levantava essa questão na instituição se dava por meio da seguinte sentença: "O IF Catarinense oferece diversos cursos de formação inicial e continuada, além de programas como Mulheres Mil, Programa de Educação Tutorial (PET), e outros programas voltados à extensão. Esses programas estão atendendo às demandas e/ou às expectativas da comunidade?"

Nessa pergunta, se registrou as principais ações desenvolvidas pela instituição, direcionando o entrevistado a avaliar as ações sociais especificamente elencadas ali e julgar sua efetividade. As respostas e comentários nos dois anos demonstram uma disparidade entre os diversos campus, passando a questão recair novamente nas estratégias de comunicação e divulgação dos programas e ações sociais. Em ambos os anos, de maneira geral, sugere-se maior divulgação dos programas ofertados e dos resultados, em especial para os discentes.

Percebe-se que novamente as ações de comunicação tomam o centro da análise. Deve-se reiterar aqui que a demanda por vagas e continuidade dos cursos se dá por meio e comunicação efetiva com a sociedade. Quer se mostrar com isso, que ações de programas sociais realizados, divulgação de trabalhos acadêmicos e inovações tecnológicas desenvolvidas pela instituição, bem como a veiculação na mídia de seus pontos fortes, como capacitação do quadro docente por exemplo constituem-se, ou deveriam se constituir de pilar central nas estratégias tanto de captação como de retenção de alunos.

Deve-se divulgar o PDI e sua importância para o crescimento institucional. Em 2013 se sugeriu que a divulgação pode ser feita na semana de recepção aos calouros, quando são passadas as informações sobre o câmpus aos novos alunos, assim como oferecer um curso de capacitação aos servidores, no qual seja apresentado o PDI e os princípios norteadores da instituição. As ações acima listadas são de fundamental importância para a consolidação do IFC, pois o Plano de Desenvolvimento Institucional contém os princípios norteadores da instituição, bem como metas, áreas de atuação, e até mesmo previsões de expansão. Dessa forma, o PDI é um instrumento de extrema importância à gestão e à comunidade escolar da instituição, pois todas as decisões tomadas no Câmpus devem ser congruentes com as metas listadas em tal documento.

As orientações do ano de 2013 destacavam a necessidade premente de elaboração do novo PDI, visto que o referido findava sua vigência naquele ano. De fato, percebe-se que o PDI foi elaborado em 2009, sendo 2013 o seu último ano de vigência e ainda não fora elaborado novo documento. Os encaminhamentos da época orientavam para que se elaborasse um novo PDI e além disso fosse amplamente divulgado, estudado e utilizado como norteador dos programas e projetos.

Questões atuais

As ações e práticas da instituição buscavam se adequar a determinados objetivos do PDI 2009-2013, mas não eram necessariamente coerentes, em especial devido ao crescimento da Instituição no período, que atendeu a acordos e metas com o Ministério da Educação. A revisão do PDI auxiliou nesse processo de readequação para o alcance da máxima coerência possível. A realidade multicampi do Instituto também contribuiu para esta ausência de coerência em muitos momentos, pois é necessário o cuidado com os arranjos produtivos e as expectativas e anseios locais de cada campus.

O PDI passou por um processo de ampla discussão nos campi, nos anos de 2013 e 2014, com o objetivo de definir novas metas e estratégias, contando com a participação dos diferentes sujeitos que compõem a Instituição, sendo realizadas, além das reuniões da Comissão Central, reuniões nos campi abertas para a participação de todos os interessados.

Ainda, com a recente criação dos campi Santa Rosa e Avançado Sombrio, a composição dos objetivos de cada local se redimensiona pelas características municipais,

ainda que próximas geograficamente, são distintas pela realidade dos municípios onde estão inseridos.

Ocorreu a partir do ano de 2013 durante o processo de reformulação do PDI uma abertura e consulta pública para toda a comunidade acadêmica submeter propostas de alterações e sugestões para serem incorporadas ao PDI 2014-2018, assim como em propostas de reformulação em grades de cursos ofertados. Isso mostra iniciativas da administração no sentido de promover a inclusão e deliberação da comunidade acadêmica em ações que terão influência e repercussão sobre seu futuro.

O PDI referente ao quinquênio 2014-2018 foi publicado em novembro de 2014, fato que prejudicou o desenvolvimento dos trabalhos dessa comissão, que iniciou suas atividades pautadas no PDI 2009-2013 para nortear as ações de autoavaliação. Nessa transição tivemos uma redefinição na missão institucional demonstrada comparativamente no quadro abaixo:

Missão até 2013	Missão a partir de 2014
Contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural, ofertando uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão	Proporcionar educação profissional atuando no ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e desenvolvimento regional

Cabe observar, como propriamente explicitado em sua missão, sua atuação será pautada pelo compromisso com a “formação cidadã, a inclusão social e desenvolvimento regional (2014)”. Disso, decorre naturalmente a observação dessa comissão no período de 2014 a aferição por meio de questionamento a comunidade acadêmica sobre o desenvolvimento de ações socioambientais.

Não foi possível levantar a concretização dos objetivos propostos pela administração. Tal fato se deu além do curto espaço de tempo, também pela a impossibilidade de aferição direta dos resultados por não existir um instrumento de acompanhamento das ações por parte dessa comissão.

Entende-se que a constituição do PDI se estabelece como a formação das finalidades, objetivos e compromissos da instituição, tendo neste documento, o respaldo necessário às realizações administrativas. Corroborar-se, portanto, na necessidade da construção coletiva do PDI, o que vinha acontecendo de forma tímida nos últimos anos.

O conhecimento do PDI pela comunidade acadêmica já foi índice negativo em 2013, haja vista que naquele ano, 45% dos discentes e 30% dos docentes entrevistados não sabiam

responder se havia alinhamento entre o PDI e os programas e projetos dinamizados pela administração do campus. Já para os técnicos, 65% destes conheciam o documento.

No ano de 2014 não houveram mudanças no que diz respeito à divulgação e maior participação na formação do documento. Espera-se que, para 2015, possam ser dinamizadas ações mais efetivas no que diz respeito à participação da comunidade acadêmica, inclusive em sua construção.

Proposições atuais

Proposição	Justificativa
Criar um canal permanente para submissão de proposições pela comunidade acadêmica	<p>Houve a abertura para a participação da comunidade acadêmica na elaboração do novo PDI, assim como em outras ações específicas em determinados câmpus, porém o que se sugere aqui é a criação de um ambiente permanentemente aberta para a submissão de manifestações e sugestões, ou caso exista, que seja amplamente divulgada.</p> <p>Esse canal de comunicação pode se tornar uma ferramenta muito importante para a identificação de pontos de melhoria que não são percebidos diretamente pelos gestores da instituição, assim como podem identificar questões a serem aprofundadas em futuras pesquisas de autoavaliação da CPA, mitigando e antevendo lacunas e pontos falhos, dando a possibilidade da administração agir a tempo e minimizar os apontamentos e melhorando conceitos de curso em avaliações externas.</p> <p>O PDI passou por um processo de ampla discussão nos campi, nos anos de 2013 e 2014, com o objetivo de definir novas metas e estratégias, contando com a participação dos diferentes sujeitos que compõem a Instituição, sendo realizadas, além das reuniões da Comissão Central, reuniões nos campi abertas para a participação de todos os interessados.</p>
Levar ao conhecimento da comunidade acadêmica em nível institucional as ações de pesquisa e extensão que estão sendo realizadas	<p>As ações que visam mensurar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, atendendo assim a perspectiva da criação de conhecimento nas diferentes esferas ainda estão sendo estruturadas no sentido de poder agregar institucionalmente estas informações. Muitas ações são realizadas de forma isolada, não como política institucional, como o caso de formação de educadores, que alguns campi praticam e outras não.</p> <p>Os dados das avaliações institucionais dos anos anteriores demonstram como ainda é necessário criar uma cultura institucional que articule as diferentes</p>

	ações realizadas.
Criação de um Núcleo de Inovação e Empreendedorismo	Com o objetivo trazer formalização ao processo de auxílio à criação de pequenas empresas para a formação discente e captação de recursos para iniciativas empreendedoras.

EIXO 3: Políticas Acadêmicas

O presente eixo busca verificar as políticas para o ensino, pesquisa e extensão bem como estratégias de comunicação com a sociedade e as políticas institucionais de atendimento aos discentes.

Avaliações anteriores.

O relatório 2011 contemplava uma série de questões em relação ao tema, dada sua grandiosidade e abrangência. Especificamente sobre as questões relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão temos as seguintes perguntas:

- 4) O IF Catarinense incentiva a participação em atividades de pesquisa e iniciação científica?
- 5) O IF Catarinense incentiva a participação em atividades de extensão?
- 6) Existe interação entre Ensino, Pesquisa e Extensão?
- 7) Os cursos ofertados atendem a demanda do mercado regional?
- 8) Em que medida conheço o Projeto Pedagógico do Curso?
- 9) O IF Catarinense oferece Programas de Formação Inicial e Continuada - FIC?
- 10) O IF Catarinense oferece Cursos de Pós-Graduação?
- 24) O IF Catarinense proporciona condições para produção científica?
- 45) Existe apoio financeiro para as atividades de Ensino/Pesquisa/Extensão?

Os dados de 2011 em relação aos incentivos dados pela instituição para a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, apresentaram uma visão positiva por parte do público discente, já os docentes apresentaram menor grau de concordância à afirmativa. Isso pode ser devido especificamente ao diferentes pontos de vista dos segmentos, onde os primeiros podem ter vindo de uma realidade de pouco incentivo a práticas de pesquisa e extensão, enquanto o segundo segmento vêm de uma formação superior consolidada em instituições tradicionais de ensino. Assim, na falta de um critério preciso para se definir uma medida de suficiência, nos resta um estudo mais aprofundado em relação a essa

questão. O mesmo ocorre quando se questiona sobre a existência de condições para a produção científica e sobre a existência de apoio financeiro.

Em relação a interação entre ensino, pesquisa e extensão, os dados da época apontam para um baixo grau de interação, cabendo a essa comissão fazer uma reflexão acerca de quais eram as ações nesse sentido e qual o seu alcance.

A identificação e articulação da instituição com os arranjos produtivos locais mostrava uma avaliação positiva no período em todos os segmentos pesquisados.

Quanto ao conhecimento do projeto pedagógico do curso, obteve-se um nível grande de concordância dos professores, que naturalmente mantém contato constante com esse documento. O segmento técnico-administrativo mostra um certo grau de desconhecimento nesse quesito, onde essa distribuição parece se dar em virtude da distribuição das atividades dessa classe, que se encontra distribuída tanto em funções administrativas como pedagógicas. A distribuição mais disforme nesse ponto foi no grupo discentes, onde existiu uma grande variabilidade nos dados.

Nos anos de 2012 e 2013 especificamente, através do questionamento de se "o Instituto Federal Catarinense está desenvolvendo ações efetivas à integração entre ensino, pesquisa e extensão", temos uma concordância geral de que ações de integração estavam ocorrendo. Ressalta-se por oportuno, que os relatórios dos referidos anos não contemplam quais eram as ações que poderiam ter levado a essa percepção em nível institucional, de forma que não se pode fazer uma análise mais aprofundada.

Considerando as políticas de comunicação a pesquisa de 2011 se tinha os seguintes questionamentos para a comunidade acadêmica.

- 14) De que maneira a indicação (família, amigos, colegas e conhecidos) contribui para divulgar o IF Catarinense?
- 15) De que maneira a internet contribui para divulgar o IF Catarinense?
- 16) Em que medida os mecanismos de divulgação da Instituição são eficazes?
- 17) Os mecanismos de comunicação interna são acessíveis (quadro de avisos, jornal mural e site...)?
- 18) A Instituição é conhecida na comunidade como IF Catarinense?
- 19) Alguma vez utilizou a ouvidoria como canal de comunicação?

A pergunta "De que maneira a indicação..." nos induz como respondentes a querer indicar efetivamente uma maneira de contribuição em relação a afirmação. Quer se evidenciar com isso que a questão aparentemente não se enquadra a escala de respostas elencadas no relatório da época. Mesmo assim é possível observar um grau de concordância entre os

respondentes no sentido de dar importância a disseminação de informações e conceito institucional boca a boca, entre família, amigos, vizinhos e assim por diante.

Em relação a internet como canal de comunicação todos os segmentos avaliaram muito bem esse quesito, porém quando se questionou sobre a eficácia dos meios de comunicação institucionais uma parte expressiva dos respondentes indicava problemas, também na política e nos meios de comunicação internas.

Em relação a políticas de atendimento aos discentes foram utilizadas as seguintes perguntas:

- 41) Em que medida conhece o programa de assistência estudantil - PAE (auxílio alimentação, transporte e moradia)?
- 42) Como considera os mecanismos de acompanhamento de egressos?
- 43) Como avalia ações de Atendimento ao Discente (permanência, orientação psicopedagógica)?

Nota-se que existia em 2011 um grau de desconhecimento do programa de assistência estudantil - PAE (auxílio alimentação, transporte e moradia) por parte dos alunos evidenciando a necessidade de serem realizadas ações de conscientização na época. Já em relação aos mecanismos de acompanhamento de egressos não se pode aprofundar os dados em análise em função da ocorrência de percepções muito variadas, que podem ser determinadas pela diferença de mecanismos de acompanhamento em cada campus ou outros fatores desconhecidos.

Em relação a 2012 e 2013 ao se perguntar como se avaliavam as ações de atendimento aos discentes levando em consideração o Programas de Auxílio Estudantil, Núcleo Pedagógico, Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE) e Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), as respostas mostram de maneira geral que havia a necessidade de melhorias, cabendo a CPA em seus trabalhos futuros avaliar a evolução desse quesito, tendo em vista que o ano de 2014 recebeu um reforço no quadro de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais.

Questões atuais

De maneira geral, os planos de curso são revisados constantemente e na medida do necessário faz as devidas alterações. Os programas e a pertinência dos currículos são constantemente avaliados, seja nas reuniões do NDE, seja nas relações determinadas pela

aproximação com os locais de estágio de formandos. A periodicidade da revisão, em geral é anual. Ainda, quanto às alterações, os critérios das mesmas têm como base as necessidades de reformulação destacadas em reuniões com a comunidade escolar (Direção, Docentes e Discentes) e a legislação vigente.

Quanto aos critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos, as ações de divulgação concretizadas durante a realização das pesquisas são direcionadas aos informativos do campus e conseqüentemente promovidos em sua página na internet. Excepcionalmente, jornais locais informam algumas realizações práticas referentes à pesquisa, contudo, quando tais realizações se caracterizam mais por resultados do que pelo processo de pesquisa.

A edição de materiais impressos diz respeito a artigos produzidos no âmbito da pesquisa e extensão. Os câmpus divulgam seus trabalhos em sua página sendo que em alguns, esporadicamente são utilizados veículos de comunicação local para a divulgação de seus eventos e processos de ingresso. Na reitoria, por exemplo, temos a revista anual de pesquisa e extensão. Mesmo assim, a CPA entende que se precisa de maior investimento a fim de conseguir maior abrangência.

Atualmente os trabalhos de maior relevância publicados, são oriundos dos cursos de pós-graduação dos docentes. Outros trabalhos, apresentados em eventos, não em periódicos, provêm da pesquisa e da extensão de projetos obtidos via edital, com avaliação. Logo, são precedidos pelo filtro da participação em edital, garantindo que estejam em consonância com a missão e os investimentos. Acredita-se que a produção científica terá maior relevância quando os câmpus tiverem mais laboratórios de pesquisa equipados, pois, as verbas estão sendo destinadas para suprir as necessidades básicas dos cursos novos, e para a pesquisa necessita-se de equipamentos e laboratórios específicos.

Muitos projetos tem parcerias com os APL's ou visam desenvolvimento social. Não são compulsórios, mas existem. Quanto às exigências científicas, por serem apresentadas ou publicadas em eventos, são consonantes com as exigências científicas.

Há edital permanente, com prazos bimestrais, para auxílio às publicações e participações a eventos, nacionais e internacionais. Há também bolsas aos alunos, com fomento interno e externo, e programas de apoio à formação dos professores, com licença parcial e total aos servidores, com e sem aporte financeiro.

A verificação da produção dos pesquisadores vinculados à grupos de pesquisa, pode ser feita através do diretório de grupos de pesquisa do CNPq, e a articulação da pesquisa com

as demais atividades acadêmicas é desenvolvida através de atividades que permitem a inter-relação do ensino com a pesquisa, como palestras e eventos locais e institucionais, como SECITEC e MICTI.

Sobre a extensão universitária, o órgão responsável no câmpus é a Coordenação da mesma, onde sua atribuição é fomentar a extensão através de editais internos e externos, informar sobre as atividades existentes, divulgar editais, gerenciar projetos, fiscalizar a realização dos mesmos e organizar a realização de eventos. A Coordenação de Extensão também é responsável pelo Setor de Estágios.

O papel do coordenador de extensão nesse sentido é fomentar a extensão no câmpus, informar sobre as atividades de extensão existentes, divulgar editais, gerenciar projetos, fiscalizar a realização dos projetos e organizar na realização de eventos. Vinculado à Coordenação de Extensão existe o Setor de Estágios. Tal órgão auxilia os docentes na criação de projetos, estabelecendo uma dinâmica que muitas vezes recebe propostas e dinamiza a realização, bem como, em outros momentos, através de contato com a comunidade, busca docentes com o conhecimento específico necessário as demandas locais.

Os câmpus oferecem editais internos de bolsas para projeto de extensão. Existe ainda, além dos editais internos nos câmpus, os editais da Pró-Reitoria de Extensão. Além disso, há outros fomentos, divulgados pela Coordenação de Extensão do câmpus, aos quais os servidores podem submeter projetos. Não existem políticas específicas identificadas até o momento para o desenvolvimento das atividades, exceto pelas políticas de financiamento ou incentivos, sendo estes dinamizados pelo próprio campus, pela reitoria do IFC ou ainda por determinados órgãos, como prefeituras municipais.

Todos os projetos de extensão do câmpus devem entregar relatórios periódicos, mensais, parciais e finais, apresentando os resultados do projeto e a contribuição na formação do estudante bolsista.

As atividades de extensão são em geral concebidas pela participação de docentes e discentes, cabendo a estas não somente a formação específica, mas também a formação da cidadania como ferramenta no processo de formação crítica. Nesse sentido, compreende-se que as atividades que aproximam as IES da comunidade e que caracterizam-se pela participação discente são, sobretudo, articuladas com o processo formativo.

Ainda assim, em 2014, foram promovidos uma série de projetos de extensão que vão desde projetos de Gestão ambiental, de cunho sócio-cultural, segurança do trabalho e incentivo à leitura, estabelecendo a proximidade com necessidades regionais e mundiais. Os projetos relacionados a Gestão ambiental encontram-se em acordo com o Núcleo de Gestão

Ambiental (NGA) núcleo este, que toma como referência as normas ambientais instituídas pela Controladoria Geral da União e Sociedade em geral. Em relação a avaliação das atividades existe a obrigatoriedade de apresentação de relatórios parciais e finais a comissões internas e externas.

O impacto das atividades de extensão na formação dos estudantes acontece, principalmente, em relação aos bolsistas. Muitos estudantes se candidatam às bolsas de projetos de extensão, inclusive de forma voluntária. Essa participação traz muitos benefícios para o estudante, uma vez que ele entra em contato com realidades diferentes daquelas presenciadas na sala de aula, além de ter a oportunidade de apresentar trabalhos em eventos acadêmicos, como os desenvolvidos no câmpus.

Os estudantes participantes dos projetos e atividades de extensão têm a possibilidade de aprimorar o conhecimento, principalmente se tratando dos bolsistas, favorecendo o desenvolvimento da região e contribuindo também para o desenvolvimento do nível de escolaridade, além de aproximar a sociedade da Instituição de Ensino.

Em relação a pós-graduações, alguns câmpus do Instituto Federal Catarinense ainda não possuem, entretanto, estão em fase final de organização para implantação em meados de 2015, tendo em vista a necessidade de laboratórios especializados e profissionais qualificados atendendo assim os níveis de qualidade exigidos. Os câmpus que atualmente dispõem desta modalidade são: Camboriú, Videira, Concórdia e Araquari.

A escolha de implantação de cursos de pós graduação é baseada na estrutura da IES e principalmente na demanda regional possibilitando assim que os acadêmicos deem continuidade aos seus estudos, ingressando logo a seguir nos cursos de especialização oferecidos, que geralmente são de áreas correlatas. A política de planejamento institucional almeja a otimização de dar e cumprir a proposição do PDI.

Sobre as estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa, os setores de comunicação do IFC de maneira geral utilizam os seguintes canais: site institucional, grupo no Facebook, Facebook Institucional (contendo 19.089 pessoas curtindo a página) e murais internos. A comunicação externa é realizada por meio de releases, enviados como sugestão de pauta aos meios de comunicação da região – compreendidos por rádios, emissoras de TV, sites de notícia, jornais, revistas e blogs. Dependendo do interesse da notícia, também é feito o envio do release para instituições de ensino privadas e públicas.

Embora com dificuldades e com a impossibilidade de se fazer publicidade paga, a comunicação do IFC tenta chegar, através da mídia espontânea, ao seu público por meio de

releases enviados aos meios de comunicação – mais precisamente às rádios, que são muito ouvidas nas cidades por todas as classes sociais.

A comunicação interna é realizada através do e-mail institucional e de cartazes afixados nos corredores do câmpus. Utilizam-se também o grupo no Facebook quando o aviso é voltado mais aos alunos. Percebe-se que os esforços de comunicação, em alguns campus, são concentrados em um determinado canal, no sentido de criar uma cultura interna e externa que leve o público a acessar as notícias diariamente.

Há um entendimento, nesse sentido, que o site institucional, por se tratar de uma ferramenta disponível, moderna, prática e democrática, possibilita uma enorme economia financeira à IES, ao mesmo tempo em que evita a utilização de meios impressos de comunicação que geram poluição ao meio ambiente e gastos mais elevados.

Estratégias de assessoria de imprensa, desenvolvidas com foco nos veículos de comunicação de massa objetivam inserir na pauta social assuntos que vem ao encontro das áreas de atuação do câmpus, disseminando a contribuição da IES para a região em seus diversos aspectos.

Há também o Informativo interno eletrônico – Produzido pela CECOM/Reitoria, o informativo é direcionado a todos os servidores do IFC, via e-mail. Porém, observaram-se queixas nos campus de falta de clareza nos critérios de seleção das matérias, devido à gestão centralizada das pautas. O mesmo se observa em relação ao Site IFC.

As ações de comunicação em determinados Câmpus, e exemplo de Luzerna concentram-se principalmente no relacionamento com os veículos de imprensa. o IFC Luzerna, por exemplo, conseguiu um total de 369 inserções na mídia regional e estadual de agosto de 2014 a janeiro de 2015, disseminando os objetivos da instituição; promovendo o debate acerca do ensino, pesquisa e extensão; inserindo docentes e técnicos-administrativos como fontes de informação para os veículos; divulgando os cursos e todo o escopo de trabalho do IFC; entre outras questões, constituindo-se, hoje, como referência para a imprensa local.

Porém, é importante frisar que a comunicação institucional precisa abranger não apenas os veículos de comunicação, mas sim a sociedade como um todo. Para isto, a contratação de outros servidores da área, como um Programador Visual e um Relações Públicas, é uma demanda que deve surgir com o crescimento da IES, sendo necessária para a efetiva potencialização de todas as estratégias de comunicação existentes na atualidade.

Nas reuniões de NDE e NDB foram discutidos elementos em torno da comunicação e da promoção do IFC na região. Entende-se que, em comparação ao IFSC, temos muitas deficiências para a promoção, operacionalização da imagem, propaganda e marketing

institucional. Espera-se a organização de uma força tarefa com o intuito de promover a marca IFC, haja vista a vinculação do orçamento acontece com o número de alunos em cada curso.

A comunicação interna é frequente e efetiva, haja vista a cobrança dos coordenadores de curso na produção de releases que possam promover as ações realizadas pela instituição. Estes releases devem obrigatoriamente conter imagens que possam facilitar a compreensão do processo formativo, ao mesmo tempo em que promovem os estudantes que participam das mesmas e incentivam a participação dos demais.

A criação de novo site, substituindo as fragilidades do anterior, promoveu uma nova relação dos estudantes com o mesmo. Porém, a recente troca coincide com todo o processo de migração de dados e informações, o qual, não contempla a totalidade necessária aos cursos.

Quanto à comunicação de maneira geral, percebe-se que há um descompasso entre informações, principalmente entre os câmpus e destes com a Reitoria. A inexistência de uma Política de Comunicação pode ser uma justificativa para isto. Entende-se, que por ter um caráter macro, a criação de políticas e diretrizes deve ser um trabalho efetuado pela CECOM/Reitoria, de acordo com a resolução que criou o setor (Resolução 067 – CONSUPER/2014). Dessa forma, a questão foi incorporada como um dos 38 objetivos estratégicos elencados no PDI 2014-2018.

O informativo eletrônico, produzido pela CECOM/Reitoria e enviado a todos os servidores do IFC via e-mail, carece de normas claras sobre os critérios de seleção das notícias ali vinculadas. É dever da Reitoria levantar as pautas existentes nos câmpus.

Outra questão que prejudica a qualidade da comunicação interna do IFC é a falta de integração entre os setores Administrativo e de Ensino. Esta situação se repete em todos os câmpus. Se faz urgente um plano de integração entre docentes e TAE's, que venha da Reitoria. A falta de repasse de informações dos setores para a CECOM acaba comprometendo a distribuição das mesmas. Isto acontece principalmente em relação aos docentes, que ainda não entenderam a importância da disseminação destas informações para a sociedade.

Em relação as políticas de atendimento aos discentes, os critérios de admissão são construídos em editais por meio de grupo de trabalho coordenado por membros da PROEN. Existem ainda mecanismos de apoio acadêmico, compensação e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais através da Coordenação Geral de Assistência ao Educando que conta com Assistente Social, Orientadora Educacional, Psicóloga Escolar. Esses dão suporte necessário aos estudantes tanto com dificuldades acadêmicas como também pessoais. Ainda existe a Coordenação Geral de Ensino que propõe ambientes de aprendizagem extraclasse, tais como monitorias.

O desenvolvimento de indicadores para medir os resultados obtidos pelos estudantes acontece de forma parcial, usando-se os dados do conselho de classe. A participação dos alunos nos projetos de iniciação científica, tutorias ou projetos de extensão, no caso dos campi Sombrio e Santa Rosa do Sul, especificamente, está bastante ligado à concessão de bolsas, haja vista a vulnerabilidade financeira do entorno. Nesse sentido, apesar dos incentivos, a característica noturna dos cursos já promove uma caracterização de estudantes que trabalham durante manhã e tarde. Nesse sentido, há uma evolução na participação, mas ainda é bastante lenta considerando-se as potencialidades da instituição.

Quanto às bolsas de ensino, pesquisa e extensão a Coordenação Geral de Extensão que contém em sua organização a coordenação de Pesquisa, oferecem-nas em duas modalidades de fomento: 1) Edital Interno de Fomento à Bolsas de Pesquisa e Extensão; 2) Edital Externo (pró-reitorias) de fomento à Bolsas de Pesquisa e Extensão.

Quanto aos eventos, os estudantes participam de eventos como o Sict-Sul (Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense), a MICTI (Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar), Salão Jovem da UFRGS, além de eventos, simpósios e congressos, sejam regionais ou nacionais. Já como políticas de incentivo, podem ser consideradas as bolsas, as quais cada coordenador de projeto de pesquisa estabelece os critérios para escolha de seus bolsistas.

Quanto aos programas de e práticas de iniciação à ciência e de formação inicial de futuros pesquisadores, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC – EM) e programa de concessão de bolsas e participação em projetos através de Editais internos do Campus.

Proposições atuais

Proposição	Justificativa
Reforçar ações de comunicação institucional tanto internamente como externamente	É importante frisar que a comunicação institucional precisa abranger não apenas os veículos de comunicação, mas sim a sociedade como um todo. Para isto, a contratação de outros servidores da área, como um Programador Visual e um Relações Públicas, é uma demanda que deve surgir com o crescimento da IES, sendo necessária para a efetiva potencialização de todas as estratégias de
Definir uma política de comunicação	

	comunicação existentes na atualidade.
Criar estratégias de integração entre os setores administrativo e pedagógico	<p>Outra questão que prejudica a qualidade da comunicação interna do IFC é a falta de integração entre os setores Administrativo e de Ensino. Esta situação se repete em todos os câmpus. Se faz urgente um plano de integração entre docentes e TAEs, que venha da Reitoria. A falta de repasse de informações dos setores para a CECOM acaba comprometendo a distribuição das mesmas. Isto decorre principalmente em relação aos docentes, que ainda não entenderam a importância da disseminação destas informações para a sociedade.</p> <p>Percebe-se entre os diversos campus, de maneira geral que existe uma falta de integração entre os setores administrativo e pedagógico. Isso acaba criando uma série de antagonismos e problemas de comunicação que prejudicam o desenvolvimentos de diversas ações institucionais afetando principalmente a comunicação interna. Sugere-se dessa forma a criação de um plano de integração institucional com ações que aproximem essas duas áreas.</p> <p>Sob essa questão diversas ações podem ser desenvolvidas nesse sentido, por exemplo inclusão de um membro do setor requisitante na equipe de apoio do pregão, reuniões de capacitação, criação de equipes de trabalho mistas, variação/diversificação de fiscais de contrato, criação de manuais e cartilhas com orientação de práticas, importância e procedimentos. Promover ações de extensão que tragam os TAEs para a realidade dos docentes, através de práticas de extensão sobre disseminação de noções de compras governamentais entre outras.</p>

EIXO 4: Políticas de Gestão

O presente eixo busca verificar as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional, suas condições de trabalho além do funcionamento e representatividade dos colegiados, a participação da comunidade universitária bem como a sustentabilidade financeira da instituição.

Avaliações anteriores.

A avaliação da CPA para o período de 2011 levantou uma série de questões em relação aos temas elencados nesse eixo, de forma que vamos analisar as pesquisas anteriores por relação de afinidades.

Em relação as políticas de pessoal para 2011 temos as seguintes perguntas

- 20) As políticas de capacitação contribuem para o seu desenvolvimento profissional?
- 21) As questões relacionadas à carreira profissional são atendidas e valorizadas?
- 22) A Instituição incentiva a qualificação *Strictu Sensu* (mestrado/doutorado)?
- 23) O quadro de pessoal atende às necessidades do seu Câmpus?

Primeiramente, por oportuno as políticas de capacitação são de caráter restrito aos segmentos docente e técnico-administrativo, tendo em vista que capacitações não se aplicam a alunos, mas a eles cabem políticas de ensino, pesquisa e extensão além de outras como políticas de atendimento aos discentes e assim por diante. Levanta-se isso pois as questões acima foram aplicadas também aos alunos, onde se manifestaram positivamente em todas as questões acima. Isso nos remete ao questionamento de por quais critérios chegaram a essa conclusão? Receberam informações sobre essa questão de seus professores como um meio de divulgação e demonstração da atratividade para o exercício da atividade docente ou de que forma?

De fato, essa questão não cabe a esse segmento, porém cabe ressaltar que muitas discussões podem surgir em relação ao tema entre os estudantes, principalmente em turmas de Licenciatura, em que os alunos em sua grande parte vislumbram uma carreira docente ou ingresso em rede federal de educação por meio de concurso público. Tal questão merece consideração, pois discussões sobre possibilidades de futuro na carreira docente, especialmente nas licenciaturas podem se constituir em políticas eficazes de retenção de alunos.

Cabe destacar que em relação aos outros dois segmentos, existiu um grau expressivo de descontentamento obtendo-se distribuição homogênea de valores em torno do conceito "às vezes/médio". Tal distribuição de valores merece um estudo mais aprofundado, investigando especificamente o motivo pelo qual uma grande parte dos servidores julgava os critérios de carreira insuficientes.

Pode-se identificar a partir de um aprofundamento dessas questões, aonde especificamente se encontra a causa do descontentamento, se possui uma causa fundamentada ou reveste-se de uma pré-concepção de carreira proveniente do descontentamento geral com seu ambiente de trabalho.

Destaque-se especialmente a insatisfação dos servidores em relação ao quadro de servidores, onde o resultado pede uma demorada reflexão e uma política de transparente de alocação de pessoal que passa pelo levantamento de atribuições e mapeamento dos processos de trabalho.

Em relação a esse aspecto a instituição possui um grande entrave, pois a definição de processo de trabalho passa a exigir um mínimo de uniformização do organograma dos campus, pelo menos em seu aspecto hierárquico inicial podendo naturalmente adequar as características e peculiaridades locais. Essa comissão não vislumbra a resolução dessa questão no curto prazo, cabendo então a definição de processos de trabalho paralelos em campus com diferentes estruturas hierárquicas, sendo assim possível a comparação e identificação das melhores práticas de trabalho dentro da instituição e conseqüentemente uma definição mais segura do quantitativo de servidores, mitigando naturalmente a insatisfação do quadro.

Quando aos anos de 2012 e 2013 existiram duas grandes perguntas em relação ao tema, são elas:

- As políticas de capacitação incentivam a qualificação profissional e o aperfeiçoamento?
- As condições de trabalho/estudo oferecidas pelo IF Catarinense são adequadas para o exercício de suas funções acadêmicas?

De maneira geral, na grande parte dos campus se obteve uma leve melhora em relação a esse aspecto, com uma visão negativa em alguns casos isolados. Deve-se atentar nesse aspecto para a possível existência de um viés, cabendo antes de emitir juízos, fazer uma investigação do quadro, pois alguns campus não possuem um grau de amostragem satisfatório para a realização de inferências.

Considerando especificamente as questões relacionadas a funcionamento e representatividade dos colegiados temos as seguintes perguntas realizadas em 2011:

- 25) Os Conselhos Superiores funcionam de forma efetiva, independente e autônoma (Conselho Superior, Conselho de Campus)?
- 26) Os Órgãos de Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante funcionam de forma efetiva, independente e autônoma?

27) A gestão Institucional atende às expectativas do Câmpus?

Observando os dados provenientes das questões acima, se constatou uma fragilidade visível nos três segmentos da comunidade acadêmica, evidenciado a carência de informações sobre a atuação dos conselhos conforme citado no referido ano. A fragilidade no período traz dificuldade de definição, podendo ser fragilidade proveniente de desconhecimento dos entrevistados em relação ao funcionamento dos colegiados ou fragilidade em relação a sua autonomia deliberativa, os resultados não deixam isso claro.

Quanto aos anos de 2012 e 2013, os entrevistados de todos os segmentos em sua maioria concordam que o Conselho Superior, o Conselho do Câmpus e os Colegiados de Cursos estão funcionando adequadamente, porém mesmo assim é indicada a necessidade de divulgação dos atos e funcionamento desses colegiados a comunidade acadêmica.

Cabe dessa forma, aos futuros trabalhos dessa comissão um aprofundamento a essa questão, porém antes mesmo disso, essa comissão pensa ser de interesse social o uso de tecnologias de comunicação durante a realização das reuniões deliberativas abertas ao público, seja por meio transmissões em tempo real das sessões ou também a adoção de gravação da sessão em substituição às Atas de Reunião. Pensa-se que essa ação pode ampliar a marca da transparência permitindo aos interessados o acompanhamento das discussões mesmo não se podendo fazer presente devido impossibilidade de deslocamento ou outros motivos.

Quanto em relação a sustentabilidade financeira da instituição, temos as seguintes perguntas para o ano de 2011:

- 45) Existe apoio financeiro para as atividades de Ensino/Pesquisa/Extensão?
- 46) As condições financeiras existentes são adequadas para manter o IF Catarinense?
- 47) Há informação sobre a origem dos recursos financeiros do IF Catarinense?
- 48) Há divulgação sobre a aplicação dos recursos financeiros do IF Catarinense?

Quanto ao apoio financeiro pode-se observar certo grau de insatisfação em relação a esse quesito, porém não são investigados as causas em detalhes o que compromete qualquer emissão de juízo em relação ao assunto.

A questão da suficiência dos recursos diz respeito principalmente ao custeio das atividades educacionais, que envolvem o objeto finalístico da instituição. Quando se interroga os alunos principalmente a respeito desse tema, observa-se que eles levarão em conta diversos fatores indiretos para o julgamento dessa proposição, e certamente aspectos visíveis, tais

como qualidade da prestação dos serviços terceirizados, possível desabastecimento de insumos e outras questões relacionadas a infraestrutura pode interferir na elaboração dos conceitos em relação ao tema, que podem levar por dedução, à percepção de uma eventual carência de recursos financeiros.

De maneira geral uma quantidade considerável do quadro de alunos e servidores julgaram essa questão como insuficiente em 2011, cabendo a administração observar diversos aspectos que podem levar a essa percepção, como desabastecimento de materiais de consumo em laboratórios até a política de aquisições da instituição.

Aqui se merece mais uma vez reiterar a proposição dessa comissão na promoção de encontros de discussão entre os diversos setores dos demais campus, pois nota-se diferenças consideráveis no desenvolvimento das mesmas funções em diferentes campus, onde uma equipe desempenha determinada função em 6 dias em média, enquanto a outra em quatro 4 dias por exemplo.

Merece destaque também a informação sobre a origem e distribuição dos recursos financeiros pela instituição demonstrando que existe um desconhecimento expressivo em relação ao tema, cabendo inclusive políticas de extensão e responsabilidade social institucional através de trabalhos de extensão contemplando esse tema, podendo trazer vários benefícios, como a criação de projetos de extensão trabalhando na informação sobre o tema, promovendo conseqüentemente a participação de técnicos administrativos desses ambientes com as realidades e dificuldades enfrentadas em trabalhos de cunho pedagógico.

Nos anos de 2012 e 2013 a questão financeira se resumiu a seguinte pergunta: Existe a divulgação da distribuição de recursos financeiros para cada Curso Superior? Os resultados denotam desconhecimento a essa questão. Cabe considerar que mesmo as informações estando disponíveis no portal da transparência, a comissão da época sugere um trabalho de conscientização e orientação para o acesso aos boletins de serviço da instituição e dos câmpus bem como orientações de navegação no portal da transparência para a obtenção das informações desejadas.

Questões atuais

Não foram levantadas informações relacionadas a políticas de pessoal, funcionamento dos colegiados e relacionadas a sustentabilidade financeira para o período de referência 2014, contemplando nesse eixo apenas a análise crítica e aprofundamento dos levantamentos das comissões anteriores.

Proposições atuais

Proposição	Justificativa
Mapeamento de processos de trabalho	A fim de identificar as melhores práticas de trabalho bem como trazer mais transparência aos critérios de alocação de novos servidores bem como possibilitar a criação de manuais de procedimento operacional, facilitando o diálogo e ações de integração administrativa.
Centralizar o levantamento de informações institucionais	Essa comissão durante a elaboração de seus trabalhos percebeu que inúmeros dados são coletados para atender objetivos específicos, dessa forma alguns dos mesmos dados são levantados diversas vezes
Gravar as reuniões deliberativas em substituição de ata	Com vistas a dar mais transparência as deliberações dos colegiados essa comissão sugere que as reuniões de colegiados deliberativos da instituição sejam realizados por meio de gravação em vídeo postado no site institucional.

EIXO 5: Infraestrutura Física

O presente eixo busca verificar a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Avaliações anteriores.

A avaliação da CPA para o período de 2011 levantou uma série de questões em relação aos temas elencados nesse eixo. Em relação a pesquisa de 2011 temos as seguintes perguntas:

- 28) Como avalia a infraestrutura oferecida pelo Câmpus?
- 29) O espaço físico (iluminação, acústica, acomodação) da biblioteca atende às suas necessidades?
- 30) O acervo da biblioteca contempla as bibliografias dos planos de ensino?
- 31) Como avalia os espaços de convivência do Câmpus?

- 32) As unidades funcionais (departamentos, áreas, setores, diretorias, coordenações, núcleos) atendem às suas expectativas?
- 33) As salas de aula atendem as necessidades acadêmicas?
- 34) Em que medida os laboratórios estão equipados e atendem às necessidades acadêmicas?
- 35) Em que medida os espaços para práticas de esporte, atividades culturais e lazer atendem às necessidades?

A avaliação da infraestrutura de maneira geral em 2011, não traz um grau de detalhamento capaz de realizar qualquer tipo de análise mais profunda. Os dados da época mostram uma parcela dos entrevistados satisfeitos e outra parcela insatisfeita, porém não temos a identificação de qual localidade estava distribuído esse grau de insatisfação, que poderia estar tanto em um campus em implantação como em um campus consolidado em uma estrutura antiga.

Uma questão alarmante se levanta quando os alunos foram questionados, onde na época se indicava que a biblioteca não contemplava em seu acervo todas as bibliografias dos planos de ensino. Tal questão merece acompanhamento futuro nos trabalhos da CPA, tendo em vista a observação desse quesito principalmente por parte das avaliações externas.

A carência de espaços de convivência são outro fator levantado em 2011, constituindo-se espaços de convivência toda a estrutura necessária para a acomodação dos alunos em períodos entre turnos e de intervalos, como espaço adequado, bancos e assim por diante. De maneira geral, nos demais questionamentos da época se pode perceber descontentamento em relação a infraestrutura, porém sem possibilidade de questionamento e análise em virtude dos dados apresentados não darem a possibilidade de identificar a origem dos espaços causadores de descontentamento. Essa questão nos leva a necessidade de se repensar a forma de coleta e análise de dados em relação a esse quesito.

Nos relatórios de 2012 e 2013 utilizou-se a seguinte pergunta: A infraestrutura do Câmpus (salas de aula, biblioteca, laboratórios, recursos de informação e comunicação e instalações específicas do curso) possibilita o desenvolvimento das atividades dos cursos?

Pode-se perceber nesses anos que ocorreu uma melhora gradual no conceito geral em 2012 e um alto nível de satisfação geral em 2013, onde os entrevistados consideraram em sua maioria que a infraestrutura possibilita o desenvolvimento dos cursos, evidenciando dessa forma a materialização de ações relacionadas a infraestrutura.

Questões atuais

A infraestrutura de uma maneira geral é muito difícil de se analisar, tendo em vista o porte dessa instituição e suas diferenças em cada campus. Juntam-se a essa questão alguns agravantes gerados principalmente pelo rápido processo de expansão que o IFC enfrentou nos últimos anos, onde podemos encontrar projetos em execução, campus em implantação, reformas de grande porte, abertura de novos cursos e assim por diante.

Considerando a adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão podemos fazer algumas observações abaixo.

Quando se questiona se a quantidade de laboratórios é adequada, percebe-se que alguns campus sofreram um aumento de demanda em função da abertura de novas turmas, apontando a necessidade de incrementos de laboratórios. Nesse sentido a definição de uma política de estrutura mínima e de gestão de laboratórios para a abertura de novos cursos reveste-se de grande importância.

A instituição enfrenta dificuldades em relação a fatores que prejudicam o planejamento de ocupação dos espaços, em virtude de atrasos na entrega de obras, necessidades de ajustes estruturais e assim por diante. Revela-se nesse ponto, excluindo-se os fatores imprevisíveis e alheios a vontade das partes outras questões que devem ser colocadas em análise em relação as execuções de obras. A fiscalização efetiva e a inclusão de mecanismos que reduzam a necessidade de aditamentos, tais como acordos a nível de serviços.

Quando se questiona nos campus se os espaços são adequados, percebe-se em virtude da expansão institucional, existe um processo contínuo de surgimento de demanda e adequação estrutural, de forma que não se pode definir a estrutura de modo concluído, acabado.

A iluminação de maneira geral é adequada, surgindo entretanto algumas iniciativas de substituição gradual de lâmpadas fluorescentes por LED, tendo em vista a maior durabilidade, maior taxa de iluminação, menor consumo e custo global.

As informações levantadas indicam que alguns laboratórios carecem de equipamentos. Necessidades técnicas e de inovação de equipamentos são inerentes ao processo tecnológico, o que visto os cortes orçamentários como o de 2015, aliado às dificuldades de aquisição de materiais permanentes mais específicos, geram necessidades que não são atendidas. Porém, com o passar dos tempos estas necessidades tendem a se resolverem.

Atualmente, os Câmpus de forma geral, possuem equipamentos que atendem as demandas dos cursos ofertados, necessitando de futuros investimentos para manutenção e atualização, o que é considerado normal em qualquer instituição ou empresa. Desse modo, as laboratórios precisam passar por revisões periódicas, tanto para a conferência do funcionamento adequado do equipamento, quanto dos softwares.

Sobre a qualidade das bibliotecas da instituição pode-se constatar que existe uma disparidade na adequação dos espaços. A expansão da rede federal de ensino quanto a cursos e número de alunos em curto período de tempo gerou dificuldades de atendimento das demandas de espaço na mesma velocidade. O mesmo ocorre quando se verifica se as instalações são adequadas e adaptadas para os estudantes com necessidades especiais e em relação aos espaços de convivência onde os alunos possam permanecer após o almoço, antes do início das aulas da tarde, por exemplo.

Quanto as políticas institucionais de conservação, atualização e segurança percebe-se que em alguns espaços específicos, como laboratórios de informática e outros equipamentos específicos, as atualizações de hardware e softwares específicos conforme as necessidades dos cursos nem sempre são atendidas a contento. Alguns laboratórios não contam com técnicos responsáveis pelos mesmos dificultando assim a manutenção de equipamentos.

Proposições atuais

Proposição	Justificativa
Investir/Ampliar áreas de convivência	Percebe-se que em alguns campus existe uma demanda por espaços e ambientes de convivência. Entende-se essa carência em campus onde estejam em fase de implantação.
Criar política de gestão de laboratórios	Com as seguintes ações: Revisão e manutenção periódica dos equipamentos Definição de padrão estrutural em função das demandas internas, externa e números de alunos Os laboratórios precisam passar por revisões periódicas, tanto para a conferência do funcionamento adequado do equipamento, quanto dos softwares.
Mapear atribuições de cargos e funções	O novo PDI (2014 - 2018) contempla a provisão de incremento do quadro de pessoal. tendo em vista essa questão uma nova problemática se instala. Quais serão os critérios de alocação do quadro? Como dimensionar a real necessidade de contingente de pessoal para determinada localidade? Observa-se que em função da diversidade entre os campus é uma

	<p>tarefa difícil de equacionar, mas observa-se que em diferentes campus observa-se quantidades diferentes de servidores desempenhando determinadas funções.</p>
<p>Criar política de aquisições para acervo biblioteca</p>	<p>Não há ainda uma rotina adequada de seleção de bibliografias e de aquisição que garanta a qualidade no fornecimento de livros, levando-se em conta o que está no PPC dos cursos, quantidade de alunos e disciplinas que utilizam os mesmos livros. Falta uma maior interação entre biblioteca e discentes, principalmente na detecção de novas necessidades de bibliografia.</p>

ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Nessa etapa dos trabalhos os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento deveriam ser analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações. Tal quesito fica comprometido pela falta de tempo hábil para a análise dos conteúdos pelos agentes institucionais. Em virtude disso, os trabalhos para o período de referência 2015 serão iniciados com antecedência com vistas a propiciar a manifestação dos gestores em relação aos resultados dos aspectos avaliados.

Observou-se, no decorrer do processo de análise dos relatórios anteriores da CPA, uma constância entre os resultados dos anos de 2012 e 2013, e uma mudança significativa a em relação a algumas percepções levantadas por meio dos questionário aplicados no ano de 2011. Isso nos leva a reflexionar sobre a origem dessa mudança, que pode ter ocorrido por uma forte movimento de mudança e aprimoramento nas práticas administrativas ou um viés no instrumento de coleta de dados entre os anos de 2011 e 2012.

Essa questão denota a necessidade de se definir uma metodologia de trabalho criteriosa para o período de 2015 bem como incluir uma avaliação crítica dos próprios instrumentos e metodologias de coletas de dados a serem utilizados.

Tendo em vista que o plano de desenvolvimento institucional foi publicado em novembro de 2014 e ainda considerando as dificuldades apontadas por essa comissão não foi possível aferir o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no PDI 2014-2018.

Contudo, o presente tópico traz para análise algumas ações provenientes do processo planejamento estratégico institucional que se encontram indiretamente relacionadas com as

proposições das comissões anteriores e com os resultados de avaliações externas. A abaixo traz listados os objetivos estratégicos e suas relações com as proposições da CPA, estando o número do objetivo estratégico relacionado entre parênteses. As proposições da CPA que não estão acompanhadas de parênteses não foram incorporadas as ações do planejamento estratégico, ou pelo menos não foram identificadas.

Esse relacionamento reveste-se de grande importância uma vez que algumas proposições das comissões anteriores permanecem como necessidades latentes para o aprimoramento das atuais práticas de gestão e serão possivelmente reabertas em futuras observações da CPA.

Por oportuno ressalta-se que o objetivo estratégico em alguns casos pode aparentemente não apresentar relação nenhuma com a proposição da CPA. Isso acontece por que a proposição da CPA nesse quesito específico assume apenas uma das ações a nível tático ou operacional dentro do referido objetivo estratégico. Em virtude da quantidade excessiva de ações, esses níveis foram suprimidos do presente relato. Seu detalhamento poder ser encontrado no relatório de gestão. O relacionamento das proposições da CPA anteriores com os objetivos estratégicos definidos pela administração ficam mais claros quando se observa o seu desdobramento em ações do plano tático e operacional, tendo em vista que grande parte das sugestões levantadas pela CPA possuem caráter operacional, principalmente as questões de 2011.

Outra observação importante é que dentre os 38 objetivos estratégicos existentes e seus desdobramentos táticos e operacionais, foram elencados aqui apenas os objetivos que mostram relação com as proposições dessa comissão. A execução das ações não encontra-se contemplada desse relatório.

Deve-se nesse ponto fazer uma ressalva. Como as proposições efetuadas anteriormente pela CPA, traduziam-se em termos relativamente abrangentes essa situação acaba dificultando a verificação das propostas sugeridas pela CPA. Cabe ressaltar que outras ações muito importantes foram desenvolvidas pela administração nesse sentido.

	Propostas de Ações da CPA em anos anteriores.	Objetivos Estratégicos Relacionados
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional		

8 Planejamento e Avaliação	<p>2011 - Incentivo à CPA.</p> <p>2011 - Divulgação da própria CPA e dos resultados da autoavaliação.</p> <p>2011 - Estimular a Direção do câmpus a relacionar as sugestões vindas da autoavaliação com o planejamento institucional</p> <p>2012 - Sugere-se melhorar a divulgação dos resultados e inseri-los nas pautas de discussões dos órgãos colegiados.</p> <p>2013 - Sem proposição</p>	Sem Objetivos Relacionados as Sugestões da CPA
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional		
1 Missão e Plano de Desenvolvimento	<p>2011 - Divulgação do PDI em reuniões pedagógicas e em reuniões gerais; bem como divulgação de relatório de gestão.</p> <p>2011 - Envio de mala direta por e-mail.</p> <p>2012 - Maior divulgação do PDI Maior participação da comunidade interna na construção do novo PDI em 2013.</p> <p>2013 - Elaborar novo PDI (22)</p> <p>2013 - Divulgar o PDI na página web do Câmpus, em local de destaque.</p> <p>2013 - Disponibilizar uma cópia impressa do documento para consulta na biblioteca dos Câmpus.</p> <p>2013 - Divulgar o PDI e sua importância para o crescimento institucional. Essa ação de divulgação pode ser feita na semana de recepção aos calouros, quando são passadas as informações sobre o câmpus aos novos alunos.</p> <p>2013 - Oferecer um curso de capacitação aos servidores, no qual seja apresentado o PDI e os princípios norteadores da instituição.</p>	(22) Criar política para a implantação gradativa de novos cursos
3 Responsabilidade Social da Instituição.	<p>2011 - Ampliar programas de extensão que priorizem ações socioambientais e de inclusão social. (17)</p> <p>2011 - Incentivar interação com a comunidade. (17)</p> <p>2011 - Parceria com instituições públicas e privadas. (17)</p> <p>2011 - Ações de conscientização.</p> <p>2011 - Preservação da memória das instituições (colégios agrícolas) e sua influencia sobre a comunidade.</p> <p>2011 - Promover fóruns e seminários com abordagem da temática sócio-ambiental. (16)</p> <p>2011 - Possibilitar maior participação em eventos científicos direcionados à formação continuada dos técnico-administrativos e docentes. (9)</p> <p>2011 - Destinar verba para divulgação.</p> <p>2012 - Maior divulgação dos programas ofertados e dos resultados, em especial para os discentes.</p> <p>2013 - Identificar o segmento dos técnicos administrativos que estão insatisfeitos com o ambiente de trabalho para apurar as prováveis e possíveis melhorias.</p> <p>2013 - A CPA sugere o desenvolvimento coletivo de métodos e alternativas que auxiliarão a Instituição a apurar a demanda e expectativa da comunidade externa em momento prévio à oferta dos cursos e programas. (22)</p>	<p>(9) Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos</p> <p>(16) Criar política de gestão ambiental</p> <p>(17) Implantar projetos de ação social</p> <p>(22) Criar política para a implantação gradativa de novos cursos</p>
Eixo 3: Políticas Acadêmicas		
2 Políticas para o Ensino, a Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.	<p>2011 - Destinar no mínimo 2% do orçamento para pesquisa e extensão.</p> <p>2011 - Promover dias-de-campo e dar maior incentivo nas mostras internas. (18)</p> <p>2011 - Ampliar a oferta de cursos FIC e pós-graduações.(22)</p> <p>2011 - Publicação dos Projetos Pedagógicos dos cursos no sítio do câmpus.</p> <p>2011 - Política de incentivo, cronograma antecipado (prazos maiores), disponibilidade dos docentes (pesquisa/hora atividade). (8)</p> <p>2011 - Divulgação interna dos grupos de pesquisa. (8)</p> <p>2011 - Critérios para efetivação nos grupos de pesquisa. (8)</p> <p>2011 - Retorno quanto a inserção grupos de pesquisa. (8)</p> <p>2011 - Mais acessibilidade aos projetos de pesquisa nos cursos (biblioteca, coordenações).</p> <p>2011 - Divulgar, no câmpus, todos os trabalhos de pesquisa e extensão e a importância destes.</p> <p>2011 - Criar um departamento de relações públicas.</p> <p>2011 - Políticas de incentivo a pesquisa. (8)</p> <p>2011 - Definição da forma de ingresso e percentuais. (8)</p> <p>2011 - Averiguar junto aos docentes quais são as insatisfações no quesito formas de ingresso aos cursos, e levantar sugestões.</p> <p>2011 - Divulgação da identidade do instituto. (20)</p> <p>2011 - Divulgação em redes sociais.</p> <p>2011 - Desenvolver atividades e convidar público externo. (18)</p> <p>2012 - Sem proposição</p> <p>2013 - Divulgar aos servidores o número de colegas em capacitação e o tipo de capacitação que estes estão realizando.</p> <p>2013 - Também é sugerida a divulgação das normas para as capacitações para que todos servidores compreendam os critérios de seleção de quais tem direito naquele momento.</p> <p>2013 - Sugerimos o desenvolvimento e aplicação de estratégias que estimulem a participação dos discentes dos cursos noturnos em projetos de pesquisa e extensão. (14)</p>	<p>(8) Criar programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação dos câmpus</p> <p>(18) Criar política de apoio a produção cultural</p> <p>(22) Criar política para a implantação gradativa de novos cursos</p> <p>(20) Criar política de identidade institucional</p> <p>(14) Criar mecanismos de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão</p>

4 Comunicação com a Sociedade.	<p>2011 - Investir em sinalização junto à prefeituras (placas de trânsito).</p> <p>2011 - Ação com meios de comunicação, conscientizando comunicadores a não utilizar o termo “escola agrotécnica”.</p> <p>2011 - Criação de uma ouvidoria</p> <p>2011 - Divulgação da identidade do instituto. (20)</p> <p>2011 - Divulgação em redes sociais. (30, 31)</p> <p>2011 - Desenvolver atividades e convidar público externo.</p> <p>2011 - Incentivar interação com a comunidade. (17)</p> <p>2011 - Parceria com instituições públicas e privadas. (3)</p> <p>2011 - Ações de conscientização.</p> <p>2011 - Preservação da memória das instituições (colégios agrícolas) e sua influencia sobre a comunidade.</p> <p>2011 - Destinar verba para divulgação.</p> <p>2012 - Sem proposição</p> <p>2013 - Continuidade das ações em desenvolvimento, bem como o seu fortalecimento</p>	<p>(20) Criar política de identidade institucional</p> <p>(17) Implantar projetos de ação social</p> <p>(30) Instituir políticas de comunicação</p> <p>(31) Implantar e consolidar as Coordenadorias de Comunicação (CECOMs) normatizando e formando equipes com profissionais da área</p>
9 Políticas de Atendimento aos	<p>2011 - Divulgação dos programas de assistência estudantil. (1)</p> <p>2011 - Melhorar atendimento médico e psicológico aos estudantes. (1)</p> <p>2011 - Estimular o contato de ex-alunos com o IFC.</p> <p>2011 - Contato por redes sociais para divulgação de cursos FIC.</p> <p>2011 - Projetos que envolvam os egressos.</p> <p>2011 - Institucionalizar o acompanhamento de egressos. (3)</p> <p>2012 - Sugere-se que cada Câmpus identifique quais programas de auxílio ao estudante necessitam de melhorias. (1)</p> <p>2013 - Sugerimos aos gestores de cada Câmpus identificar quais programas de atendimento ao estudante necessitam de melhorias. (1)</p> <p>2013 - Apesar da avaliação favorável, sugerimos a busca constante pela melhoria do atendimento ao educando, bem como a manutenção das atividades executadas no Câmpus.</p>	<p>(1) Criar programa de assistência estudantil</p> <p>(3) Criar política de acompanhamento de egressos</p>
Eixo 4: Políticas de Gestão		
5 Políticas de Pessoal	<p>2011 - Incentivos a mestrado e doutorado a distância.</p> <p>2011 - Proporcionar condições para capacitação Strictu Sensu, institucionalizar as regras, por meio de resolução.</p> <p>2011 - Facilitar trâmite para especializações.</p> <p>2011 - Criação de cursos de pós-graduação do próprio IFC</p> <p>2011 - Criação de uma política de capacitação. (32)</p> <p>2011 - Implementar programas de capacitação. (32)</p> <p>2011 - Convênios com instituições públicas e privadas.</p> <p>2011 - Maior estruturação de servidores (quadro de pessoal). (33)</p> <p>2011 - Reformulação das normas de para incentivo a pós-graduação stricto sensu.</p> <p>2012 - Sendo assim, sugere-se aumentar a divulgação do programa de incentivo à qualificação e ao aperfeiçoamento e de suas regras.</p> <p>2013 - Realizar levantamento entre docentes e técnicos administrativos a fim de identificar os seus anseios com relação à qualificação profissional e aperfeiçoamento. (32)</p> <p>2013 - Recomendamos a divulgação das políticas de capacitação bem como torná-las acessíveis e tangíveis. (32)</p> <p>2013 - É necessário criar mecanismos de identificação dos setores que apresentam insatisfação e das possíveis melhorias nas condições de trabalho dos TAE.</p> <p>2013 - É necessário criar mecanismos de identificação dos setores que apresentam insatisfação e das possíveis melhorias nas condições de trabalho dos TAE.</p>	<p>(32) Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico administrativos em todos os níveis</p> <p>(33) Fazer mapeamento de competências de cargos e funções</p>
6 Organização e Gestão Institucional.	<p>2011 - Comunicar a comunidade acadêmica o nome dos membros dos conselhos e as ações realizadas por estes órgãos.</p> <p>2011 - Estabelecer funções aos integrantes, bem como divulgar cronograma para a comunidade.</p> <p>2011 - Maior retorno e participação da gestão com os segmentos.</p> <p>2011 - Disponibilizar, no câmpus, os documentos com informações dos professores, exigidas pela Comissão de Avaliadores do INEP.</p> <p>2012 - Conclui-se que há desconhecimento significativo do funcionamento dos colegiados e sugere-se que os representantes interajam com mais ênfase com seus segmentos, divulgado pautas e tomadas de decisões.</p> <p>2013 - Realização de um programa de ambientação para os servidores e discentes ingressantes e de atualização para os demais.</p> <p>2013 - Apresentação dos Regulamentos norteadores, do organograma, das atribuições e funcionamento poderiam ocorrer de periodicamente</p>	<p>Sem Objetivos Relacionados as Sugestões da CPA</p>

10 Sustentabilidade Financeira	<p>2011 - Divulgação da origem e dos gastos dos recursos recebidos do governo pela reitoria e câmpus.</p> <p>2011 - Relatórios semestrais e anuais com previsões e relatórios finais.</p> <p>2011 - Divulgação dos meios de acesso as informações relativas à aplicação dos recursos.</p> <p>2011 - Disponibilizar, no mínimo, 2% do orçamento do câmpus para a pesquisa e extensão (fomento e bolsas internas).</p> <p>2011 - Programas para bolsistas.</p> <p>2012 - Sugere-se melhorar a divulgação da divisão dos recursos destinada aos cursos.</p> <p>2013 - Como sugestão, o primeiro passo é conscientizar a comunidade escolar para acesso ao Boletim de Serviços do Câmpus, bem como ao Portal da Transparência, para obtenção das informações desejadas, bem como a respeito da execução orçamentária.</p> <p>2013 - No atual cenário, os Câmpus não dispõem de estrutura de pessoal para elaboração de relatórios específicos e por este motivo que como segundo passo, sugere-se que a coordenação de cada curso, ao elaborarem a programação de investimentos, busquem ao final do processo, a situação real dos investimentos, para que possa divulgar a execução dos recursos financeiros do curso por elas coordenados.</p>	Sem Objetivos Relacionados as Sugestões da CPA
Eixo 5: Infraestrutura Física		
7 Infraestrutura Física	<p>2011 - Readequação dos espaços físicos. (36)</p> <p>2011 - Conclusão de obras.</p> <p>2011 - Revisão do acervo bibliográfico, condições de catalogação.</p> <p>2011 - Horário de funcionamento adequado.</p> <p>2012 - Sem proposição</p> <p>2013 - Sem proposição</p>	(36) Criar mecanismos para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos câmpus

Tabela 8: Identificação das proposições da CPA com as ações executadas pela administração.

A partir dos dados da Tabela Acima, pode-se chegar as seguintes observações:

Ano	Quantidade	Consideradas	Percentual
2011	69	26	38%
2012	6	1	17%
2013	21	6	28%

Tabela 9: Atendimento as propostas da CPA

Percebe-se que o ano de 2011 para 2012 houve uma transição de comando dentro da CPA, que culminou em uma reformulação no questionário, reduzindo de 48 para 11 questões, de cunho mais abrangente, porém superficial. Isso refletiu na redução do número de proposições. Ressalta-se sobretudo que a quantidade de proposições não é o único fator que deve ser levado em consideração, pois a qualidade das proposições feitas também deve ser analisada.

O que pode ser percebido nos anos de 2012 e 2013 é que foram reduzidas os número de questões, porém elas ganharam em abrangência, passando agora a abordar a necessidade de criação de políticas específicas, enquanto as questões de 2011 estavam mais relacionadas com a proposição de ações a nível tático em sua grande maioria. O que se quer dizer com isso é que quando se sugere por exemplo a criação de uma política de atendimento aos discentes, essa por sua vez constitui-se de inúmeros eventos de menor porte.

Em relação ao eixo 5: Organização e Gestão institucional, Dimensão 6, não se pode observar nenhuma ação nesse sentido. Os trabalhos anteriores da CPA se focaram na

observância do funcionamento dos colegiados deliberativos apenas. Porém percebe-se a existência de diversos trabalhos da instituição em relação a comunicação e utilização da administração estratégica em suas ações.

Em relação ao eixo 1 percebe-se que as sugestões provenientes desse eixo são em sua prevalência de iniciativa da CPA, conforme consta em seu regimento interno. O que se enfatiza nesse ponto é que a obtenção de maior apoio da direção para o desenvolvimento das atividades da comissão passa através do reconhecimento da importância do seu trabalho, que deve ser evidenciado com a própria apresentação de subsídios para a tomada de decisões pela administração. Assim, naturalmente o apoio e o reconhecimento da importância dos trabalhos da CPA serão alcançados.

AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

A CPA no ano de 2014 focou seus esforços principalmente na definição de uma nova metodologia de trabalho e na análise crítica dos trabalhos anteriores. Através da metodologia de obtenção de dados da tabela 3 essa comissão apresenta as seguintes proposições:

- Promover reuniões periódicas de coordenadores setoriais
- Criar mecanismo de acompanhamento de proposições da comissão
- Criar um canal permanente para submissão de proposições pela comunidade acadêmica
- Levar ao conhecimento da comunidade acadêmica as ações de pesquisa e extensão que estão sendo realizadas a nível institucional
- Criação de um Núcleo de Inovação e Empreendedorismo
- Definir uma política de comunicação
- Reforçar ações de comunicação institucional tanto internamente como externamente
- Criar estratégias de integração entre os setores administrativo e pedagógico
- Mapeamento de processos de trabalho
- Centralizar o levantamento de informações institucionais
- Gravar as reuniões deliberativas em substituição de ata
- Investir/Ampliar áreas de convivência
- Criar política de gestão de laboratórios
- Mapear atribuições de cargos e funções
- Criar política de aquisições para acervo biblioteca

As CLA dos Câmpus estiveram à frente de todo o processo. A composição das CPA do IF Catarinense, prevista na legislação específica, tem em sua composição a representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada. Sua principal finalidade é conduzir os processos internos de avaliação, de sistematização e de divulgação das informações, tanto a comunidade acadêmica quanto aos órgãos reguladores da educação superior.

Os dados apresentados acima mostram a essa comissão que é necessário repensar os a forma de desenvolvimento dos trabalhos e isso se faz em momento oportuno ao mesmo tempo que a instituição traça um caminho claro e sólido para seu futuro através da publicação do PDI 2014-2018.

Pode se observar que a comissão apresentava falhas no quesito acompanhamento especialmente quando se observa não haver um plano de melhorias específico as ações provenientes das avaliações tanto internas como externas em poder da CPA. Esse aspecto essencial para os trabalhos da CPA será incorporado na nova metodologia dos trabalhos de referência 2015.

A avaliação em si objetiva trazer amplo conhecimento da realidade institucional, e amplo conhecimento denota divulgação de suas atividades articulando a participação de toda a comunidade no processo de avaliação, assim sendo, a estratégia de comunicação dos resultados do processo de autoavaliação será repensada

Espera-se que os resultados deste trabalho possam contribuir com o processo de organização e gestão institucional, possibilitando o aprimoramento da atuação acadêmico e administrativa, subsidiando o planejamento e as decisões de seus dirigentes.

Por fim, denota-se que há um grande caminho a ser percorrido rumo a excelência no quesito autoavaliação institucional, porém o vislumbre de que nosso trabalho se constituirá em importante ferramenta de acompanhamento e gestão é motivação poderosa para seguirmos adiante no aprimoramento das atuais práticas de autoavaliação.